

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

JÁSIO DARIO FREDDO CAGLIA

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PESQUISAS APLICADAS DO *JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS* (JABA) SOBRE INTERVENÇÕES DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO

São Paulo
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

JÁSIO DARIO FREDDO CAGLIA

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PESQUISAS APLICADAS DO *JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS* (JABA) SOBRE INTERVENÇÕES DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação do curso de psicologia, sob orientação da Prof.^a Fátima Regina Pires de Assis

São Paulo
2015

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todas as pessoas que de alguma forma foram essenciais nesse meu processo de formação e que sem eles nada disso seria possível. Sem essas pessoas eu não existo.

Agradeço a meu pai José Roberto Caglia e minha mãe Maria Laraíne Freddo, que desde quando eu era muito pequeno sempre me influenciaram positivamente para que eu lesse bastante em vez de ficar na frente da televisão, algo que sou grato e me ajudou na formação de quem eu sou hoje.

Agradeço especialmente meu pai por ter me dado todo tipo de apoio, desde o financeiro até o moral e confiança depositados sempre em meu trabalho, apesar de divergências no caminho, que com certeza fazem parte do processo de crescimento pessoal meu e dele.

Gostaria de agradecer especialmente meu grupo de amigos mais próximos T&B (nome real censurado) e a cada um deles deixo um agradecimento especial.

A Deborah Nosek que de alguma forma esteve ao meu lado da maneira mais genuína possível, sempre me envolvendo e acolhendo por completo, além de ser a pessoa com quem compartilho a maioria das minhas risadas. Obrigado por estar ao meu lado durante esses cinco anos.

Ao Cláudio Lira, que me mostra todos os dias a força que uma pessoa pode ter frente às adversidades que a vida nos impõe ao longo de seu caminho, e que sempre podemos superá-las, com um sorriso na cara, uma boa história sem nexos e as vezes nada mais é necessário para a felicidade. Obrigado por me mostrar a simplicidade que pode ser uma amizade.

A Luiza Ferrete, que desde que nos conhecemos quando inevitavelmente fui dormir na sua casa, dali para a frente a nossa amizade já não tinha mais volta. Agradeço pela oportunidade de desfrutar do seu gosto sobre as coisas e eternas conversas totalmente envolventes.

A Gabriela Barros, uma pessoa mais do que especial para mim, que aos poucos foi se mostrando uma pessoa das mais admiráveis, além de sua incrível paixão pela psicologia ser contagiante. Junto com nossas crises existenciais surge uma parceria inigualável.

Agradeço imensamente a Psicolata Bateria, entidade da PUC-SP que me dediquei de corpo e alma e neste espaço me senti pertencente de um grupo que sempre pude contar, além de poder fazer muito barulho. Orgulho eterno de ter sido parte dessa família.

A Beatriz Patricio, minha namorada, que apesar de ter conhecido neste ano, já fui capaz de fazer as trocas e entregas mais sinceras que eu já pude sentir na minha vida, me mostrando amor e apoio incondicionais, que colorem o meu mundo todos os dias.

Agradecimento mais do que especial a C.S. que se mostra parte essencial do meu processo criativo, e participa da minha vida de forma que nada mais consegue.

A oportunidade de ter cursado esse curso na Pontifícia Universidade Católica, que foi essencial no meu desenvolvimento de visão de mundo, com oportunidades de olhar para todas as coisas de forma crítica e não mais como naturais.

A todos os professores que conseguiram me mostrar a beleza do Behaviorismo Radical, ensinamentos que levarei sempre comigo.

Em especial agradecimentos a Denigés e Fátima, que passaram pela tortura de terem que me orientar, sempre com muito apoio e reforçamento positivo, fazendo com que eu trouxesse o melhor de mim.

Por último gostaria de agradecer a B.F. Skinner e Murray Sidman, pelas suas visões de mundo totalmente dedicadas a melhorar o mundo em que vivemos, de forma concisa e que mostra resultados, contribuindo de uma forma incalculável para o desenvolvimento de uma visão científica frente ao comportamento humano e demonstrar de forma clara o que há de errado e como podemos mudar.

Coerção não é a raiz de todo mal, mas até que adotemos outros modos, que não o coercitivo, para controlar a conduta uns dos outros, nenhum método para melhorar fisicamente nossa espécie impedirá que o *timer* de nossa sobrevivência continue andando. Uma ciência do comportamento desenvolvida pode mais uma vez dar às pessoas de boa vontade razão para otimismo sobre nossas chances de sobrevivência.

(Murray Siman)

Área de conhecimento: 7.07.02.00-4

Título: Revisão bibliográfica de pesquisas aplicadas do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) sobre intervenções do analista do comportamento no ambiente carcerário.

Ano: 2015

Orientando: Jásio Dario Freddo Caglia

Orientadora: Fátima Regina Pires de Assis

RESUMO

No seguinte trabalho, desenvolve-se uma revisão bibliográfica de artigos que envolvam a função aplicada do analista do comportamento no ambiente carcerário. Para tanto, foi utilizado uma contextualização histórica dos presídios estado-unidenses. No intuito de implementar essa pesquisa, foi utilizado o periódico *Journal Of Applied Behavior Analysis* (JABA). O acesso a todos os artigos disponíveis no mesmo ocorreu por meio da ferramenta de pesquisa do site *The National Center for Biotechnology Information* (NCBI), que possibilita a entrada em diferentes bancos de dados, selecionando, assim, o *PubMed Central* (PMC), que permite a obtenção dos dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE). Os artigos foram selecionados e categorizados para que fossem analisados posteriormente. Entre 1968 e 2011, foram encontrados 23 artigos sobre intervenções aplicadas do analista do comportamento no ambiente carcerário ou revisões bibliográficas e documentais. Destes, a maioria lida com o perfil do delinquente juvenil (15), seguido de adultos (4) e agressores sexuais (3). O procedimento mais utilizado foi o de economia de fichas (9), seguido de *Achievement-Place* (5) e avaliação de excitação (3). Os tipos de controle utilizados nos artigos foram reforçamento positivo (11), reforçamento positivo e punição (6) e punição negativa (1). Discute-se, ao final do trabalho, a atuação do analista do comportamento no ambiente carcerário, quais intervenções e pesquisas mostram caminhos a serem seguidos nesse campo, além de propor uma retomada para o analista do comportamento sobre o tema delimitado.

PALAVRAS-CHAVES: sistema-carcerário norte-americano, análise do comportamento, *Journal of applied behavior analysis* (JABA), prisão.

ABSTRACT

The following paper develops a bibliographic review of articles that involve the work of applied behavior analyst in the prison environment. For that, it was used a historical contextualization of USA prisons. In order to implement this research, the Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) was utilized. The access to all articles available on it happened through the National Center for Biotechnology Information (NCBI)'s research tool, which allows the entrance in different databases, selecting, in this case, on the Central PubMed (PMC), that makes obtaining the information on Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) possible. The articles were selected and categorized to be analyzed later. Between 1968 and 2011, 23 articles about applied interventions of the behavior analyst in the prison environment or bibliographical and documentary reviews were found. Most of them deals with young delinquents (15), followed by adults (4) and sex offenders (3). The most common procedure was the token economy (9), followed by Achievement -Place (5) and sexual arousal measurement (3). The types of control used in the articles were positive reinforcement (11), positive reinforcement and punishment (6) and negative punishment (1). In the end of the research, the topics discussed are the role of the behavior analyst in the prison environment, which interventions and researches show paths to follow in this field, in addition to proposing a return to the behavior analyst on the defined theme.

KEY-WORDS: USA prison system, behavior analysis, Journal of applied behavior analysis, prison.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL NORTE AMERICANO.....	8
1.2. VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SOBRE PRISÕES E CONDIÇÕES AVERSIVAS.	24
1.3. INSERÇÃO DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO	32
2. MÉTODO	36
2.1 MATERIAL	36
2.2 SELEÇÃO DE ARTIGOS	37
2.3 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	39
2.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE	40
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5. REFERÊNCIAS.....	58
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	61
APÊNDICES.....	48
APÊNDICE A: LISTA COM AS REFERÊNCIAS RELATIVAS AOS ARTIGOS SELECIONADOS NO JABA SOBRE A ATUAÇÃO DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO, DE 1968 A 2011	49
APÊNDICE B: LISTA DE AUTORES QUE PUBLICARAM ARTIGOS NO JABA SOBRE A ATUAÇÃO DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO, DE 1968 A 2011	52
APÊNDICE C: LISTA DE PALAVRAS-CHAVES ECONTRADAS NOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO JABA SOBRE A ATUAÇÃO DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO NO AMBIENTE CARCERÁRIO, DE 1968 A 2011	54
APÊNDICE D: MODELO DE TABELA EXCEL 2016 UTILIZADO PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS, POSSIBILITANDO ASSIM A CATEGORIZAÇÃO. (ATÉ A CATEGORIA ANO)	49
APÊNDICE E: MODELO DE TABELA EXCEL 2016 UTILIZADO PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS, POSSIBILITANDO ASSIM A CATEGORIZAÇÃO. (TODAS AS CATEGORIAS QUE FALTAM)	52
APÊNDICE F: TABELA DE TODOS OS ABSTRACTS ENCONTRADOS E COLOCADOS NO BANDO DE DADOS.....	56

1. INTRODUÇÃO

1.1. Breve histórico do sistema prisional norte americano

O começo do sistema carcerário americano se dá no ano de 1786 (no formato de prisões modernas) na cidade da Filadélfia, no estado da Pensilvânia, na prisão de *Walnut Street*. Essa prisão foi idealizada por um grupo religioso chamado *quakers*, que, em seus princípios, eram contra qualquer tipo de derramamento de sangue, como eram as penas dadas para os criminosos da época, como pena de morte, mutilação e chicotadas.

A primeira concepção de uma reforma nas prisões da América pertence a uma seita religiosa da Pensilvânia. Os *quakers*, cujos princípios rejeitam todo derramamento de sangue, sempre protestaram contra as leis bárbaras que as colônias preservavam da mãe-pátria. Em 1786 sua voz se faz ouvir, e, a partir dessa época, a pena de morte, a mutilação e o chicote foram sucessivamente abolidos em quase todos os casos pela legislatura da Pensilvânia¹; os condenados doravante tiveram uma sorte menos cruel. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 30)

É importante ressaltar que nesse período, nos Estados Unidos, confunde-se a não utilização da pena de morte (feita por partes, já que ainda se encontra presente em 29 estados americanos, mesmo diminuindo cada vez mais o número de execuções que ocorrem por ano) com a criação de um sistema penitenciário. O que ocorreu foi apenas um regime de encarceramento.

Em verdade, não havia ainda um sistema penitenciário nos Estados Unidos. Se se pergunta por que esse nome foi dado ao regime de encarceramento que vinha de ser estabelecido, responderemos que então, como hoje em dia, confundia-se na América a abolição da pena de morte com o sistema penitenciário. Dizia-se: Ao invés de matar o culpado, nossas leis o colocam em uma prisão: portanto, nós temos um sistema penitenciário. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 30)

Esse sistema era baseado no isolamento do presidiário, acreditando que o tempo que ele teria isolado o faria refletir sobre seus atos e que assim ele se recuperaria. Tal modelo prisional tinha as suas vantagens, já que não utilizavam mais os métodos sanguinários, estes estavam sendo substituídos pelo encarceramento. Porém, ainda era falho, já que não apresentava nenhuma proposta de mudança de

comportamento para os sujeitos que eram encarcerados. Apesar disso, foi copiado pelo estado de Nova Iorque, que, em 1797, com novas leis, desenvolveu seu próprio sistema carcerário. “O primeiro estado que se dispôs a imitar a Pensilvânia foi o de Nova Iorque, que, em 1797, adotou com novas leis um novo sistema de prisão.” (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 31)

O regime nova-iorquino era utilizado em ocasiões específicas, em que os sujeitos foram condenados à morte antes das mudanças das leis do estado ou que cometeram crimes já dentro da prisão. Essas pessoas eram condenadas por crimes graves, e ficavam isoladas de qualquer forma de convívio social, não tinham direito de trabalhar, enquanto os presos ordinários podiam fazê-lo de dia e retornar de noite para dormir na prisão. Para esses presidiários, os carcereiros só poderiam utilizar um método punitivo, o encarceramento solitário, com a dieta reduzida a pão e água.

O encarceramento solitário não foi, portanto, o regime ordinário do estabelecimento, ele era um compartimento exclusivo dos grandes criminosos que, antes da reforma das leis penais, tivessem sido condenados à morte. De resto, os culpados de uma ordem inferior eram reunidos indistintamente na prisão; diferentemente dos detidos em células, eles deviam trabalhar durante o dia, e o único castigo disciplinar que os guardas tinham o direito de lhes infligir, em caso de infração do regulamento, era o encarceramento solitário a pão e água. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 31)

O encarceramento solitário para criminosos condenados por crimes graves foi copiado em diferentes estados, como *Maryland*, *Massachusetts*, *Maine*, Nova Jérsei, Virgínia, entre outros. Em nenhum desses lugares a prisão estava atingido o sucesso prometido e esperado, já que os gastos com a prisão eram cada vez maiores e surgia também o problema da reincidência, visto que ao longo do tempo os mesmos sujeitos retornavam para o sistema, não eram reformados.

Em nenhum lugar esse sistema de encarceramento teve o sucesso que se esperava dele. Ele era em geral ruinoso para o tesouro público; ele não operava jamais a reforma dos detentos; todos os anos a legislatura de cada estado aprovava alocações de fundos consideráveis para sustentar os penitenciários, e o retorno perpétuo dos mesmos indivíduos às prisões provava a ineficácia do regime ao qual eles eram submetidos (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 32)

Tais resultados não foram ignorados, mas as causas para isso foram consideradas na execução do sistema e não na teoria utilizada em si. Descobriu-se que o problema era a falta de células prisionais e do excesso de presidiários, logo,

tratava-se de um problema que poderia ser facilmente superado com a criação de novas construções na prisão.

Tais resultados pareciam demonstrar o vício do sistema inteiro; no entanto, ao invés de se acusar a própria teoria, preocupou-se com sua execução. Foi pensado que todo mal vinha da insuficiência do número de células e do congestionamento de detentos na prisão, e que o sistema, tal como foi estabelecido, seria fecundo em felizes consequências se fossem acrescentadas algumas construções novas às prisões já existentes. Fizeram-se, portanto, novas despesas e novos esforços. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 30)

A partir dessa premissa, é criada a prisão de *Auburn* em 1816, que teve uma mudança em relação à outras prisões previamente citadas, pois reservava a célula não só para um, mas para dois presidiários. Logo em seguida, em 1819, constrói-se mais um prédio no mesmo presídio, a ala norte, em que é aumentado o número de células individuais solitárias. Nem todos os presidiários permaneciam em celas, como é visto hoje na maioria dos presídios, mas a mesma era prevista em quase todos os casos.

Essa prisão, que desde então se tornou célebre, foi estabelecida de início sobre um plano essencialmente vicioso; ela se limitava a algumas classificações, e cada uma de suas células era destinada a receber dois condenados: era, de todas as combinações, a mais infeliz; valeria mais a pena misturar cinquenta criminosos no mesmo lugar, que colocar dois juntos. Esse inconveniente foi logo percebido, e em 1819 a legislatura do estado de Nova Iorque decretou a construção de mais um prédio em *Auburn* (a ala do norte), a fim de aumentar o número de células solitárias: todavia, é preciso notar que não se tinha ainda a ideia do sistema que desde então prevaleceu. Não se pensava em submeter ao sistema celular a totalidade dos condenados; queria-se somente aplicá-lo a um maior número de casos; - ao mesmo tempo, as mesmas teorias levavam os mesmos ensaios à Filadélfia, onde o pouco sucesso da prisão de *Walnut* teria convencido os habitantes da Pensilvânia de sua impotência para o bem, se esses últimos, seguindo o exemplo dos habitantes de Nova Iorque, não tivessem encontrado, nos erros de execução, um motivo para absolver o princípio. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 32)

A partir dessas novas edificações, foram construídas as penitenciárias de *Pittsburg*, em 1817, e a de *Cherry-Hillm*, em 1829. Diferentemente da prisão de *Walnut*, onde a solitária era um acessório e os criminosos eram classificados por um sistema, os novos presídios não possuíam uma forma de categorização, assim, o prisioneiro ficava encarcerado em uma cela solitária, sem poder sair em nenhum período do dia ou trabalhar.

Os princípios que deviam ser seguidos para a construção desses dois estabelecimentos não eram, no entanto, conformes aos que haviam presidido a edificação de *Walnut*: nesta última prisão, as classificações formavam o sistema dominante, no qual o encarceramento solitário era apenas um acessório: nas novas prisões, abandonavam-se as classificações, e uma célula solitária devia ser preparada para receber cada condenado. O criminoso não devia deixar sua célula nem durante o dia nem durante a noite, e todo trabalho lhe era interdito em sua solidão. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 32)

Após alguns anos, os resultados do encarceramento solitário começaram a surgir. Depois de muito investimento em construções, 33 presidiários permaneceram nesse regime em *Walnut* e 80 em *Auburn*, sendo que tal tentativa foi fatal para a maioria deles.

A prisão de *Auburn*, quer dizer, a ala do sul, construída em 1816, 1817 e 1818, continha sessenta e uma células e vinte e oito compartimentos em cada um dos quais se podiam colocar de oito a doze condenados. A experiência que se iria fazer prometia ser decisiva: não se economizou para dar aos novos estabelecimentos uma construção digna de seu objetivo, e os edifícios que foram erguidos pareceram menos com prisões que com palácios. No entanto, antes mesmo que as leis que tinham ordenado sua construção fossem executadas, tinha-se, no estado de Nova Iorque, feito a experiência da prisão de *Auburn*. Grandes debates aconteciam, nessa ocasião, no seio da legislatura; e o público estava impaciente para conhecer o resultado das novas experiências que vinham de ser feitas. Na ala do norte, já quase terminada em 1821, foram colocados oitenta criminosos, dando-se a cada um deles uma célula particular. Prometeu-se um feliz sucesso com essa tentativa, mas ela foi fatal para a maior parte dos detentos: para que se reformassem, foram submetidos a um isolamento completo; essa solidão absoluta, porém, quando nada distrai o homem dela ou a interrompe, está além das forças humanas, ela consome o criminoso sem descanso e sem piedade; ela não reforma, ela mata. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 32)

Pouco tempo depois, em 1823, devido às péssimas condições de vida que muitas vezes deixavam o presidiário à beira da morte ou da loucura, o sistema de isolamento total parou de ser utilizado dado o resultado de um experimento com 26 deles, os quais foram autorizados a participar de atividades em ateliês comuns e mais tarde liberados, e 14 retornaram para o presídio pouco tempo depois.

Desde essa época (1823), o sistema de isolamento sem restrição cessou inteiramente de ser praticado em *Auburn*: - logo se teve a prova que esse regime, funesto para a saúde dos criminosos, era impotente para conseguir a reforma destes. Dos vinte e seis condenados que o governador tinha agraciado, quatorze voltaram pouco tempo depois para a prisão devido a novas condenações. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 33)

Ao longo dos anos, o sistema prisional foi fazendo adaptações, até que os sujeitos pudessem trabalhar, contanto que não conversassem uns com os outros. Após conseguir renome por causa dessa nova política, dá-se início a um novo processo político na direção das prisões americanas, ou seja, os cargos que antes eram ocupados por desconhecidos começaram a ser preenchidos por juízes ou militares, de forma que trouxessem um olhar benéfico da população, que via essas pessoas como fazendo um bem, e que lhes davam o direito e a confiança de implementar as suas políticas.

Aconteceu então nos espíritos uma revolução notável; a direção de uma prisão, confiada outrora a obscuros carcereiros, foi ambicionada por homens que ocupavam uma alta posição social: e viu-se o senhor *Elam Lynds*, antigo capitão da armada dos Estados Unidos, e o juiz *Powers*, magistrado de um raro mérito, tornar-se estimado pela opinião e a seus próprios olhos assumindo as funções de diretor de *Auburn*. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 34)

Uma vez que o contingente de encarcerados aumentava conforme o decorrer do tempo, o método celular fez com que as prisões em Nova Iorque atingissem sua capacidade máxima, forjando a necessidade de construir mais prisões para suprir a demanda. Um dos diretores utilizou o próprio contingente prisional como mão de obra para erguer os novos prédios.

Foi então que o plano de *Singsing* foi definido pela legislatura (1825) (...) durante vários anos, os condenados, cujo número foi sucessivamente aumentado, trabalharam assim para construir sua própria prisão; e hoje a penitenciária de *Singsing* contém mil células, todas construídas pelos criminosos que nela foram presos. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 34)

A nova prisão foi nomeada *Singsing* e contava com mil celas, todas construídas pelos próprios presidiários.

No mesmo período, na cidade de Nova Iorque, nota-se pela primeira vez a preocupação com jovens delinquentes, e cria-se uma instituição especializada denominada casa de refúgio, Já era informação conhecida que a maioria dos homens que de alguma forma acabavam no sistema prisional não tinham uma qualidade de vida boa antes de chegarem lá, de forma que seu envolvimento com o sistema

carcerário é uma consequência de algo anterior, diretamente relacionado com a história do sujeito antes de chegar na justiça.

Essa relação ainda persiste ao longo dos séculos, como indicam dados oficiais que provam que a maioria dos presidiários americanos são negros, mesmo a maioria da população sendo branca.

Essa prisão trata-se de uma revolução, pois pela primeira vez não existe a mentalidade e o intuito de punir os sujeitos, mas sim de evitar que os crimes aconteçam, e pela primeira vez é apresentado algo que tem um propósito educacional.

Não existe outro estabelecimento que melhor esteja de acordo com a experiência. Sabe-se que a maior parte dos homens aos quais a justiça inflige seu rigor eram desgraçados antes de se tornar culpados. O infortúnio é, sobretudo, perigoso para aqueles que ela atingiu em uma idade ainda tenra; e é raro que um órfão sem patrimônio e sem amigos, ou a criança abandonada pelos parentes, evite as ciladas que são armadas para sua inexperiência e não passem em pouco tempo da miséria ao crime. Sensibilizados com a sorte dos jovens delinquentes, várias pessoas caridosas da cidade de Nova Iorque conceberam o plano de uma casa de refúgio, destinada a lhes servir de asilo e a lhes proporcionar educação e meios de existência que a fortuna lhes tinha recusado: 30 000 dólares foram o produto de uma primeira subscrição: assim, somente pela potência de uma associação beneficente, foi erguido um estabelecimento eminentemente útil, e que vale mais talvez que as prisões penitenciárias, porque estas punem o crime, enquanto que a casa de refúgio tem por objetivo preveni-lo. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 35)

Apesar disso, em 1827, a penitenciária de *Pittsburg* volta a receber prisioneiros em regime de isolamento total, sem permissão para trabalhar, mesmo com os exemplos anteriores, que não obtiveram bons resultados. Todavia, apresentaram uma diferença: a estrutura arquitetônica das celas possibilitava o diálogo entre os presos através da parede. Como eles não exerciam nenhuma função, passavam os dias planejando mais crimes, se aperfeiçoando cada vez mais.

Essa solidão, que em princípio devia ser absoluta, não o foi, porém, na realidade. A construção dessa penitenciária é de tal maneira viciosa, que é muito fácil escutar de uma célula o que se passa em outra; dessa forma, cada detento encontrava na conversa com seu vizinho uma distração cotidiana, quer dizer, a ocasião de uma corrupção inevitável; e como esses criminosos não trabalhavam, pode-se dizer que a única ocupação deles era a de se corromperem mutuamente. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 35)

A única diferença apresentava-se na ausência da possibilidade de reparar os danos causados à sociedade. Enquanto em outras penitenciárias os detentos eram

socialmente ativos e produziam por meio do trabalho, nesse novo esquema, eles apenas passavam o tempo conversando.

Essa prisão era, portanto, pior que a de *Walnut*; pois, por meio das relações entre eles, os detentos de *Pittsburg* não se reformavam, não mais que os de *Walnut-Street*; e enquanto estes indenizavam a sociedade com seu trabalho, os outros passavam todo seu tempo em uma ociosidade prejudicial a eles mesmos, e onerosa para o tesouro público. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 35)

Enquanto isso, na Pensilvânia, os idealizadores se assustaram com os resultados negativos e começaram a tentar revisar o sistema prisional, e, a partir disso, elaborar um novo sistema de encarceramento que seja o melhor possível. Cria-se então, em 1827, uma comissão encarregada de fazer um relatório que elegia o sistema de *Auburn* como o mais eficiente de todo o território norte americano. No texto redigido, o isolamento total do encarcerado não era previsto.

A legislatura desse estado nomeou, portanto, uma comissão, com o objetivo de examinar qual seria o melhor sistema de encarceramento. (...) e terminaram suas discussões recomendando o novo regime de *Auburn*, afirmando sua superioridade. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

Surge, então, outro relatório contrariando o de *Auburn*, afirmando que o sistema de isolamento total ainda era o melhor molde a ser seguido. Com base nos dois relatórios citados, cria-se um terceiro relatório, o de Boston, em 1835. Ao longo da análise, a preferência pelo sistema vigente em *Auburn* é clara, e fica determinado que a abolição das celas solitárias era mais eficaz no que tange à saúde e reformação dos prisioneiros.

“Esses relatórios, que são obra do senhor Louis Dwight, dão preferência explícita ao sistema de *Auburn*. ” (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

No mesmo texto, o autor Louis Dwight cria o sistema de condicional: caso os detentos presos por crimes denominados morais tivessem uma conduta adequada, poderiam sair da prisão sob supervisão de agentes penitenciários antes do fim da sua sentença, eram liberados por bom comportamento.

A crença em que um sistema racionalizado de punições e de coerções poderia moldar os comportamentos populares passou a se generalizar no período. A cidade de Boston, para citar apenas uma, tinha uma das mais ativas sociedades humanitárias do país. Em 1835, a *Boston Prison Discipline Society*, por exemplo, liderada por Louis Dwight, propôs a primeira versão do

que se tornaria, alguns anos depois, o sistema de *parole*, permitindo às cortes liberar moral *offenders* das prisões, sob segurança, antes de cumprirem suas penas (SOUZA, 1998, p. 272)

Distingue-se então dois tipos principais de penitenciárias americanas, sendo eles o sistema da Pensilvânia, mais progressista, que não utilizava o isolamento total e permitia que os sujeitos trabalhassem no período de encarceramento, e o sistema de Nova Iorque, que contava com celas solitárias e não oferecia oportunidades de trabalho para os prisioneiros.

A Pensilvânia estava, talvez mais que qualquer outro estado, interessada nos debates que se agitavam: rival de Nova Iorque, ela devia se mostrar preocupada com conservar a posição que sua civilização avançada lhe tinha feito alcançar entre os estados mais esclarecidos da União americana. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

No entanto, a solitária nunca foi deixada completamente de lado, sendo a separação absoluta utilizada como punição severa ao invés de castigos corporais. A mesma era utilizada como um método de mudar comportamentos, e não como premissa de todo o sistema carcerário.

Ela adotou um sistema que convinha ao mesmo tempo à austeridade de seus costumes e às suas suscetibilidades filantrópicas; ela rejeitou o isolamento sem trabalho, cuja experiência em diversos lugares apontava para efeitos funestos, e ela conservou a separação absoluta dos prisioneiros, castigo severo que, para ser infligido, não é preciso que se lance mão de castigos corporais. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

A nova prisão de *Cherry-Hill* baseava-se nos dois princípios existentes, adaptando de *Pittsburg* o isolamento de dia e de noite e de *Auburn*, a inserção do trabalho, que era nas celas individuais.

A penitenciária de *Cherry-Hill*, submetida a esses princípios, não é, portanto, outra coisa que uma combinação de *Pittsburg* e de *Auburn*. Conservou-se de *Pittsburg* o isolamento dia e noite, e na célula solitária introduziu-se o trabalho de *Auburn* (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

Com as Prisões da Pensilvânia ficando menos rígidas, tanto lá quanto no estado de Nova Iorque as leis foram remodeladas, adotando diferentes sistemas de encarceramento. Ambos aboliram a pena de morte, com apenas uma exceção.

Enquanto os estados de Nova Iorque e o da Pensilvânia faziam graves reformas em suas leis, e adotavam, cada um deles, um sistema diferente de

encarceramento. 37 outros estados da União não permaneciam impassíveis e inativos na presença do grande espetáculo que lhes era oferecido. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

Citado em diversos relatórios como sendo o melhor, o modelo de *Auburn* passa a ser o mais utilizado em outros estados por permitir uma ocupação para os encarcerados. “*Massachussetts, Maryland, Tennessee, Kentucky, Vermont*, adotaram alternadamente o plano de *Auburn*, e o tomaram como modelo para as novas prisões que construíram. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 37)

Esses estados copiaram também a ideia de casas de refúgio para delinquentes juvenis, como foi feito em Nova Iorque, mostrando uma tendência de não trabalhar apenas com o adulto encarcerado, mas tentar evitar de alguma maneira que o adolescente que cometeu alguma infração não caia no sistema de justiça mais tarde, buscando prevenir o aumento do número de encarcerados ao longo do tempo.

Vários estados não se limitaram a fazer prisões para os criminosos condenados, mas também, imitando Nova Iorque, fundaram para os jovens delinquentes essas casas de refúgio que são como um apêndice do sistema penitenciário. Esses estabelecimentos foram organizados em Boston em 1826 e na Filadélfia em 1828. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 37)

Em 1828, *Washington* e nove estados já tinham aderido novas medidas prisionais, tentando transformar o sistema, porém, quinze outros estados não tomaram nenhuma medida para alterar ou reformar o método de funcionamento de suas penitenciárias.

Mas fora dos interesses gerais, eles conservam toda sua independência pessoal, e cada um deles é mestre soberano do governar como quiser. Falamos de nove estados que adotaram um novo sistema de prisões: há quinze que não fizeram ainda nenhuma mudança. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 36)

O modelo vigente era o mais cruel e confuso de todos, ignorando todo o tipo de estudo e relatórios que já tinham sido feitos oficialmente sobre o assunto. O sistema era como descrito no trecho a seguir:

Nesses últimos, o antigo sistema reina com toda a sua força: congestionamento de detentos, confusão de crimes, idades e às vezes de sexos, mistura de prisioneiros em regime preventivo com condenados definitivos, de criminosos com detidos por endividamento, de culpados com testemunhas; mortalidade considerável, evasões frequentes, ausência de toda disciplina; nada do silêncio que conduz os criminosos à reflexão; nada de trabalho que lhes acostume a ganhar a vida honestamente; a

insalubridade do lugar que destrói a saúde; o cinismo das conversações que corrompem; a ociosidade que deprava; a reunião, em uma palavra, de todos os vícios e de todas as imoralidades: tal é o espetáculo oferecido pelas prisões que não entraram ainda na via da reforma. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 37)

O que se mostrou como problema foi a mistura do perfil dos encarcerados, ou seja, diferentes idades, crimes cometidos, situação penal. Conviviam no mesmo espaço presidiários preventivos (que ainda não foram condenados) e presidiários já condenados, por diferentes crimes, não separando assim os diversos públicos que podem passar pela prisão, como um réu primário, alguém que ainda não foi condenado e alguém que já passou muito tempo na prisão, cometeu delitos graves, de forma que novos sujeitos adquiriam conhecimento sobre crimes mais graves e mais sofisticados. Mostrava-se problemático também a forma que as prisões tinham sido elaboradas, supondo que todos os detentos ficariam presos por pelo menos dois anos, pensando sempre na punição do comportamento maior e ignorando a recuperação do sujeito que cometeu um delito leve e ficaria pouco tempo encarcerado.

Se eles são culpados, por que colocá-los de início em uma cadeia propícia para lhes corromper mais ainda, salvo com a intenção de reformá-los posteriormente na prisão penitenciária, para onde serão enviados uma vez condenados? (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 39)

Além disso, existem registros de extrema agressão aos presidiários em outros estados, nos quais os sujeitos eram acorrentados, apanhavam, viviam em ambientes pouco ou nada higiênicos, sem a mínima noção de recuperação, nenhum pensamento de reforma do indivíduo, apenas passavam por séries de punições.

Lamentamos profundamente quando, em Cincinnati, visitando uma cadeia, encontramos a metade dos detentos acorrentados, e o resto jogado numa masmorra infecta; e não poderíamos pintar a impressão dolorosa que experimentamos quando, examinando a prisão de Nova Orleans, vimos homens confundidos com porcos, no meio de todo tipo de dejetos e imundície. Prendendo os criminosos, não se pensa em torná-los melhores, mas somente em domar sua maldade; são acorrentados como bestas ferozes; não são corrigidos, são brutalizados. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 38)

Todos esses problemas da prisão americana no século XIX eram produto direto da administração desses lugares. Diversos tipos de administração existiam, dado que cada estado tem autonomia de gerir as suas penitenciárias da forma que parecesse melhor, não havia consenso.

Essas contradições chocantes provêm, sobretudo, da carência de conjunto das diversas partes da administração dos Estados Unidos. As grandes prisões (*state prisons*), correspondentes às nossas prisões centrais, pertencem ao Estado, que as dirige; em seguida, vêm as prisões do condado, com gestão particular; e, enfim, as prisões das cidades, regidas por elas mesmas. Sendo as administrações particulares nos estados aproximadamente tão independentes entre elas como são os estados entre si, disso resulta que elas não agem jamais em concerto e simultaneamente. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 39)

Vale lembrar que, durante todo esse período, a escravidão estava em vigor, principalmente na parte sul do país. Para os escravos, que eram extremamente perseguidos por pessoas de uma etnia diferente, a prisão era somente mais uma forma de opressão, onde tudo que era permitido resumia-se a açoitamentos e pena de morte, não lhes sendo dado nem o “direito” de ir para a prisão. A justiça não era concedida para aqueles que eram considerados seres inferiores. Esse método de exclusão social ainda pode ser visto em diversos países que usam o encarceramento em massa: mesmo a população sendo de maioria branca, os maiores números de presidiários são de pessoas de pele negra. A segregação que as prisões promovem até hoje tem relações diretas com a época escravocrata, podendo facilmente relacionar esse fato a países como o Brasil, em que 67% dos presidiários são negros, mesmo com a população sendo 51% negra. (BRASIL. Ministério de Justiça. Departamento Penitenciária Nacional. *INFOPEN 2014*, p, 50)

Não falamos absolutamente dos estados do Sul, onde a escravidão está em vigor: em todos os lugares onde metade da sociedade é cruelmente oprimida pela outra, deve-se esperar encontrar na lei do opressor uma arma sempre pronta para atingir a natureza que se revolta ou a humanidade que se queixa. Pena de morte e pancadas, eis todo código penal dos escravos. Mas se damos uma olhadela nos estados que não têm mais escravos, e cuja civilização é mais avançada, veremos essa civilização se aliar, em alguns casos, a leis penais cheias de brandura, e se mesclar, em outros, a todos os rigores do código de Dracon. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 39-40)

No mais, os presídios continuaram operando por meio dessas duas formas, uma gerenciando o sistema prisional pensando na atividade do presidiário e na forma de seu isolamento, tendo alguns lugares do Norte do país alcançado avanços importantes, e outra mantendo vários retrocessos e preservando coisas que já foram consideradas ultrapassadas em outras visões. Todo esse panorama é envolto na guerra civil americana, que ocorreu entre 1861 e 1865.

Quaisquer que sejam, de resto, os obstáculos que ainda devem ser superados, não hesitamos em declarar que nos Estados Unidos a causa da reforma e do progresso nos parece assegurada. A escravidão, essa vergonha de um povo livre, vê a cada dia escapar de seu jugo alguns dos territórios sobre os quais ela estendia seu império; e mesmos os homens que possuem a maior parte dos escravos têm no fundo de sua alma a convicção íntima que a escravidão não terá uma duração longa. A cada dia vê-se abrandarem-se algumas penas que ferem a humanidade; e nos estados mais civilizados do Norte, onde essas penas estão ainda escritas nas leis, sua aplicação tornou-se tão rara que elas como que caíram em dessuetude. O movimento de melhoria está em marcha. Os estados que ainda não fizeram nada têm a consciência de seu erro; eles invejam a sorte dos que lhes precederam e estão desejosos de imitá-los (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 41)

Outro ponto interessante levantado pelos autores é o de que em nenhum momento foi utilizado algum sistema de recompensas por bom comportamento com esses sujeitos, de forma que o método que visava a mudança de comportamento era sempre a punição, utilizada inclusive nos reformatórios juvenis, aonde estavam alojados os adolescentes que tinham infringido a lei.

(...). Os castigos infligidos aos jovens que incorrem em uma contravenção à disciplina são: 1º Privação do recreio. 2º Reclusão solitária em uma célula. 3º Redução do alimento a água e pão. 4º E, nos casos mais graves, castigos corporais, quer dizer, golpes de chicote. (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2011, p. 114)

Em 1863, Abraham Lincoln declarou a abolição da escravidão nos Estados Unidos, criando a Emenda XIII, que assumia: “1ª Sessão 1. Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.” (CONSTITUIÇÃO AMERICANA XIII EMENTA ANO X)

O texto deixa claro a ambiguidade em relação à situação do presidiário no sistema prisional com a afirmação: “ (...) salvo como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado. ”. Entende-se que os presidiários ainda poderiam, como podem até hoje, ser utilizados como trabalhadores sem receber pelos serviços prestados, da mesma forma que ocorria com os escravos trazidos da África. Esse pode ter sido um avanço interessante e até mesmo revolucionário para a época, mas o fato de que se mantém até hoje mostra o tamanho do retrocesso e da falta de visibilidade que é dada para o sistema carcerário americano.

¹Todas as traduções apresentadas nessa pesquisa foram feitas pelo próprio autor.

Isto pode ser notado, anos adiante, em 1920, com a criação da Lei Seca nos Estados Unidos. Essa lei surgiu de uma tensão histórica entre a sociedade religiosa e os efeitos que o álcool causa nas pessoas, sendo, ao longo dos anos, considerado o maior dos males no país, visto como a causa de todos os problemas sociais que os americanos viessem a enfrentar.

*As a result of 100 years of temperance agitation, the American cultural climate at the time Prohibition went into effect was deeply hostile to alcohol, and this antagonism manifested itself clearly through a wave of successful referenda on statewide prohibition.*² (JR.; 2006, p. 233)

Como pode ser observado historicamente, a proibição do álcool dos Estados Unidos revelou-se um fracasso. A prova disso é que, até os dias de hoje, foi a única emenda constitucional que foi revogada. “The conclusive proof of Prohibition’s failure is, of course, the fact that the Eighteenth Amendment became the only constitutional amendment to be repealed³.” (JR.; 2006, p.233)

Os problemas identificados na época da proibição foram a não diminuição do consumo de álcool e um grande aumento nos índices de violência em todo o país. Além disso, surge o chamado crime organizado, que vem exatamente com a proibição do álcool, aproveitando-se da possibilidade da venda no mercado negro deste produto.

Other unintended and unexpected consequences of Prohibition included flourishing criminal activity centered on smuggling and bootlegging and the consequent clogging of the courts with drink-related prosecutions. Prohibition also forced federal courts to take on the role of overseer of government regulatory agencies, and the zeal of government agents stimulated new concern for individual rights as opposed to the power of the state (JR.; 2006, p.238)⁴

A proibição do álcool exemplifica um tipo de problema que enfrentamos hoje em dia, que são os crimes relacionados com drogas ilícitas, que lotam não só os tribunais dos Estados Unidos, mas também todas as prisões, fazendo com que ele

² Como resultado de 100 anos de alta agitação, o clima cultural americano na época que a proibição entrou em vigor era profundamente hostil ao álcool, e esse antagonismo manifestou-se claramente através de uma onda de referendos sobre a proibição de sucesso em todo o estado .

³ A prova conclusiva de falha da proibição é , claro, o fato de que a Décima Oitava Emenda tornou-se a única alteração constitucional a ser revogada.

⁴ Outras consequências indesejadas e inesperadas da proibição incluíram atividades criminosas florescentes, centrada no contrabando e o consequente entupimento dos tribunais com processos judiciais relacionados com bebida .

seja o primeiro no ranking de encarceramento mundial. Tal fenômeno pode ser chamado de encarceramento em massa. Além disso, não há a comprovação em estudos sobre a relação entre consumo de drogas e as leis que proíbem ou não o uso em diversos países.

*We encountered a range of approaches to drug possession, from 'zero-tolerance' to decriminalization. The evidence from other countries show that levels of drug use are influenced by factors more complex and nuanced than legislation and enforcement alone. (UK, 2014, p. 6)*⁵

Fica claro, em estudos, que o uso de drogas não está ligado com as leis que as proíbem, mas sim com diversos aspectos, como saúde, cultura do país, entre outras coisas.

*The disparity in drug use trends and criminal justice statistics between countries with similar approaches, and the lack of any clear correlation between the 'toughness' of an approach and levels of drug use demonstrates the complexity of the issue. Historical patterns of drug use, cultural attitudes, and the wider range of policy and operational responses to drugs misuse in a country, such as treatment provision, are all likely to have an impact. (UK, 2014, p. 52)*⁶

Assim como na época da lei seca, a chamada “guerra às drogas” talvez cause mais problemas para a nossa sociedade do que a utilização das mesmas, já que em países onde seu uso é descriminalizado ou legalizado os problemas individuais da utilização da substância psicoativa podem ser avaliados e acompanhados de uma forma a prezar pela saúde do usuário. O uso de drogas mostra-se sim um problema de relevância mundial, no entanto, a questão que se levanta é o jeito de lidar com esse problema. O método atual, da “guerra às drogas”, não vem mostrando resultados, assim como a forma que as prisões são gerenciadas e pensadas até os dias presentes.

Em 2011, um grupo internacional chamado Comissão Global de Políticas Sobre Drogas liberou um relatório sobre a guerra às drogas, no qual, baseado em evidências

⁵ Nós encontramos uma série de abordagens para a posse de drogas , de " tolerância zero " para descriminalização . A evidência de outros países mostram que os níveis de consumo de drogas são influenciadas por fatores mais complexas e cheias de nuances do que a legislação e a execução sozinhas.

⁶ A disparidade nas tendências de consumo de drogas e estatísticas da justiça penal entre os países com abordagens semelhantes , e a falta de qualquer correlação clara entre a "força" de uma abordagem e os níveis de consumo de droga demonstra a complexidade da questão . Padrões históricos de uso de drogas , atitudes culturais , bem como a mais ampla gama de políticas e operacionais respostas sobre o abuso de drogas de um país , tais como o fornecimento de tratamento, são susceptíveis de ter um impacto.

dos problemas criados pela guerra às drogas nos últimos anos, pedem para que essa guerra acabe de imediato, a fim de evitar ainda mais danos para a humanidade. Esse relatório constata que, por princípio, a visão sobre o uso e regulamentação de drogas deve ser baseada em um viés científico e empírico, além de que o principal eixo deva ser o de redução de danos para a saúde e segurança tanto do indivíduo quanto pública.

As políticas de drogas devem estar fundamentadas em evidências empíricas e científicas sólidas e confiáveis. O principal critério de sucesso deveria ser a redução de danos à saúde, à segurança e ao bem-estar dos indivíduos e da sociedade. (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2011, p. 5)

Neste mesmo relatório, é colocado que o aprisionamento não é a solução válida para o problema das drogas, já que encarcerar os sujeitos não diminui nem a demanda nem o consumo. Nos países em que as drogas são legalizadas ou descriminalizadas, não há aumento no consumo ou no número de usuários, provando que o encarceramento não é efetivo quando o resultado almejado é evitar o uso; apenas tem como efeito a estigmatização e exclusão do usuário, além de penalizá-lo por algo que não deveria ser crime em primeiro lugar.

Uma ideia chave por trás do enfoque da “guerra às drogas” foi que a ameaça de prisão e penas severas dissuadiria as pessoas de usar drogas. Na prática, esta hipótese tem sido refutada – muitos países que promulgaram leis severas e impuseram penas de prisão aos usuários de drogas e pequenos traficantes apresentam índices mais altos de uso de drogas do que países com enfoques mais tolerantes. De maneira similar, nos países que introduziram a descriminalização ou outras formas de punição ou pena alternativa à prisão, não se notou uma elevação das taxas do uso ou dependência de drogas como se temia. (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2011, p. 10)

Outro relatório internacional, esse, de Vancouver, Canadá, analisa diversos estudos sobre leis e punições severas para crimes relacionados à drogas e demonstra que tal tática não diminui a violência, como normalmente se imagina, pelo contrário, aumenta os índices de criminalidade naquele local.

The present systematic review suggests that drug law enforcement interventions are unlikely to reduce drug-related violence. Instead, and contrary to the conventional wisdom that increasing drug law enforcement will reduce violence, the existing scientific evidence strongly suggests that drug prohibition likely contributes to drug market violence and higher homicide rates. On the basis of these findings, it is reasonable to infer that increasingly sophisticated methods of disrupting drug distribution networks may increase

levels of drug-related violence.⁷ (CANADA, International Centre for Science in Drug policy; 2010, p.15)

Assim, é possível compreender que quando se faz uma análise científica e baseada em dados empíricos sobre a “guerra às drogas”, mostra-se, por diversos motivos, o porquê de essa estratégia ter fracassado no seu objetivo de diminuir o uso de drogas. As coincidências que podem ser notadas neste processo e na história da prisão nos Estados Unidos não são eventuais.

Na atualidade, a guerra às drogas se interliga diretamente com o problema do encarceramento em massa, punindo em sua maioria pessoas que não são chefes do tráfico, mas sim subordinados, fazendo com que o número de presidiários chegue a níveis que chamam a atenção. A política proibicionista de drogas no período contemporâneo pode ser vista como o maior causador do encarceramento maciço.

O relatório da Comissão Global de Políticas Sobre Drogas mostra também a importância de uma mudança nos Estados Unidos quanto à sua política, de forma a darem o exemplo para o resto do mundo, e assim, possibilitar uma mudança radical na história desse tipo de encarceramento no mundo todo, de modo que possa trazer resultados mais assertivos do que os que foram obtidos até agora.

Durante quase todo o último século, foi o governo dos Estados Unidos quem liderou o chamado para o desenvolvimento e manutenção das políticas de drogas repressivas. Por isso nos alegramos pela mudança de tom surgido na atual administração - com o próprio Presidente Obama reconhecendo a inutilidade da “guerra às drogas” e a validade de um debate sobre alternativas. Será necessário, entretanto, que os Estados Unidos deem continuidade a esta nova retórica com reformas reais, reduzindo os encarceramentos e penas para os usuários de drogas, e usando sua considerável influência diplomática para fomentar reformas em outros países. (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, 2011, p. 17)

⁷ A presente revisão sistemática sugere que as intervenções de aplicação da lei de drogas não são capazes de reduzir a violência relacionada com a droga. Em vez disso, e ao contrário da sabedoria convencional de que o aumento da aplicação da lei vai reduzir a violência, as evidências científicas sugerem fortemente que a proibição das drogas provavelmente contribuiu para o mercado de drogas além de mais violência e maiores taxas de homicídio. Na base destes resultados, é razoável inferir que métodos cada vez mais sofisticados de interrupção nas redes de distribuição de drogas podem aumentar os níveis de violência relacionada com drogas.

1.2. Visão da análise do comportamento sobre prisões e condições aversivas.

A análise experimental do comportamento, proposta por B. F. Skinner, tem, em sua filosofia, o Behaviorismo Radical, e propõe-se a analisar, a partir de contingências, os determinantes do comportamento humano. Para isso, ela contraria explicações mentalistas e o behaviorismo metodológico, como pode ser visto em seu livro *Sobre o Behaviorismo* (1974):

O mentalismo, ao fornecer uma aparente explicação alternativa, mantém a atenção afastada dos acontecimentos externos antecedentes que poderiam explicar o comportamento. O behaviorismo metodológico fez exatamente o contrário: com haver-se exclusivamente com os acontecimentos externos antecedentes, desviou a atenção da auto-observação e do autoconhecimento. O behaviorismo radical restabelece um certo tipo de equilíbrio. Não insiste na verdade por consenso e pode, por isso, considerar os acontecimentos ocorridos no mundo e privado dentro da pele. Não considera tais acontecimentos inobserváveis e não os descarta como subjetivos. Simplesmente questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações. (Skinner, B. F, 1974, p. 19)

Podemos notar, neste trecho, que o autor deixa clara qual é a posição do behaviorismo radical frente aos fenômenos e comportamentos humanos: não ignorando sua subjetividade ou recorrendo a maneiras insuficientes para explicar o ocorrido, maneiras que acabam em si mesmas, e que não nos dão indicação de como encontrar e modificar o que afeta o sujeito, como pode ser visto nas páginas seguintes, do mesmo livro de Skinner (1974):

Desta forma, remediamos o maior dano produzido pelo mentalismo. Quando aquilo que uma pessoa faz é atribuído a algo que lhe ocorre no íntimo, cessa a investigação. Porque explicar a explicação? Há 2500 anos, as pessoas se têm preocupado com os sentimentos e a vida mental, mas só recentemente se revelou algum interesse mais por uma análise mais precisa do papel do meio. A ignorância desse papel levou, em primeiro lugar, às ficções mentais e foi perpetuada pelas práticas explicativas a qual ela deu origem. (Skinner, B. F, 1974, p. 20)

Assim, o autor traz também a sua visão do que é comportamento, como pode ser percebido no primeiro capítulo do seu livro *Sobre o Behaviorismo* (1974)

O ambiente deu sua primeira grande contribuição durante a evolução das espécies, mas ele exerce um diferente tipo de efeito, durante a vida do indivíduo, e a combinação dos dois efeitos é o comportamento que observamos em dado momento. Qualquer informação disponível acerca de qualquer uma das contribuições auxilia previsão e o controle do comportamento humano e sua interpretação a vida diária. Na medida em que

um dos dois possa ser alterado, o comportamento pode ser modificado. (SKINNER, B. F, 1974, p. 19)

No exemplo dado pelo autor, podemos observar a magnitude que ele confere, mesmo sem nomear diretamente, às variáveis que controlam o ambiente, o estímulo antecedente e o estímulo conseqüente ao responder dos sujeitos. Ele atribui a importância e o controle da atividade humana para as coisas que estão fora dessa pessoa, ou seja, ao ambiente que está ao redor dela. Portanto, o controle de nossos comportamentos não está dentro de nós, mas sim fora, e, assim, é possível controlar e modificar as variáveis para que, como resultado, também se altere o comportamento das pessoas.

O hábito de se buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Essas variáveis estão fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental. Possuem um status físico para qual as técnicas usuais da ciência são adequadas e permitem uma explicação do comportamento nos moldes de outros objetos explicados pelas respectivas ciências. Estas variáveis independentes são de várias espécies e suas relações com o comportamento são quase sempre sutis e complexas, mas não se pode esperar uma explicação adequada do comportamento sem analisá-las (SKINNER, B. F., 1953, p. 33-34)

Um método de controle muito utilizado na nossa sociedade é a punição, que é uma conseqüência às respostas que emitimos, mas se diferencia do reforçador, que tende a aumentar a probabilidade do comportamento, enquanto a punição é utilizada no intuito oposto, o de reduzir a chance de emissão daquela resposta novamente.

A técnica de controle mais comum da vida moderna é a punição. O padrão é familiar: se alguém não se comporta como você quer, castigue-o; se uma criança tem mau comportamento, espanque-a; se o povo de um país não se comporta bem, bombardeie-o. Os sistemas legais e policiais baseiam-se em punições como multas, açoitamento, encarceramento e trabalhos forçados (SKINNER, B. F., 1953, p. 198)

Sobre o propósito que existe no emprego da punição, Skinner coloca que ela é utilizada para reduzir a emissão de determinada resposta punida, e que, ao longo dos anos, diversos tipos de punição foram aprimorados constantemente.

Em resumo, o grau que utilizamos punição como uma técnica de controle, parece se limitar apenas ao grau em que podemos obter o poder necessário. Tudo isso é feito com a intenção de reduzir tendências de se comportar de certa maneira. O reforço estabelece essas tendências; a punição destina-se a acabar com elas. (SKINNER, B. F., 1953, p. 199)

Contudo, a punição causa subprodutos por conta exatamente do tipo de controle aversivo que exerce, e parece que não cumpre o seu papel, tendo resultados pouco efetivos, além de sempre levantar questões sobre a sua utilização, sua função no controle do comportamento das pessoas e de suas consequências sociais.

Os estímulos aversivos necessários geram emoções, incluindo pré-disposições para fugir ou retrucar, e ansiedades perturbadoras. Por milhares de anos os homens se tem perguntado se o método não poderia ser aperfeiçoado ou se algum outro procedimento não seria melhor. (SKINNER, B. F., 1953, p. 199)

Sobre as consequências indesejáveis e os subprodutos que são inevitavelmente gerados pela utilização de controle aversivo, Murray Sidman dedicou um livro todo só para explicar a relação do uso do controle aversivo e seus efeitos colaterais. “Os efeitos colaterais da punição também, longe de serem secundários, frequentemente tem significação comportamental consideravelmente maior que os esperados “efeitos principais”. (SIDMAN, 1989, p. 94)

Por causa desses efeitos colaterais que são causados pela punição, tanto Sidman quanto Skinner recomendam a sua não utilização para o controle do comportamento, e propõem outras formas de controle comportamental que talvez cumpram o que a punição se propõe a fazer, mas produzindo resultados mais eficazes e sem efeitos colaterais.

Em vez de basear nossa opinião sobre a desejabilidade da punição em nossos sentimentos, convicções religiosas ou morais, ou dados incorretos, podemos chegar a conclusões racionais baseadas em evidência válida. Os dados de laboratório sustentam fortemente a posição de que punição, embora claramente efetiva no controle do comportamento, tem sérias desvantagens, e que nós precisamos desesperadamente de alternativas. (SIDMAN, Murray; 1983, p. 83)

Nesse sentido, a prisão, como foi utilizada ao longo do tempo e se mantém até hoje, utiliza-se de várias punições buscando alterar o comportamento dos encarcerados, sendo que este, desde o início, é o seu princípio. A prisão em si não é uma agência de controle, mas um tipo de consequência aversiva, utilizada em quem não se comporta de determinada maneira considerada dentro dos padrões do que é certo. Sobre agências de controle Skinner discorre que:

O grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros, através, principalmente, de seu poder de reforçar ou punir. (...) Dentro do grupo, entretanto certas agências são geralmente mais bem organizadas que o grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso. As agências a serem consideradas nesta seção foram escolhidas no campo do governo, religião, psicoterapia, economia e educação. (SKINNER, B. F., 1953, p. 363)

Todas as formas de agências de controles são muito interessantes de serem estudadas, porém, pelo tema desta pesquisa, o foco será mantido na agência do governo e em seu poder de criar leis. Para Skinner, o que define o governo é o uso do poder para punir. “Estritamente definido o governo é o uso do poder para punir.” (SKINNER, 1953, p. 365). O governo adota distinção entre as coisas legais e ilegais. As definições de certo e errado utilizadas nas leis são derivadas do grupo maior, como a cidade, estado ou país. Porém, mesmo com a oportunidade de punir ou reforçar, a ênfase do governo é sempre na punição, com foco sobre o que é errado. “ (...) Mas a técnica mais comum é simplesmente punir as formas ilegais do comportamento. ” (SKINNER, 1953, p. 367)

Dentro dessas punições governamentais, está inserida, claramente, a prisão ou encarceramento como forma de punição negativa por lhe retirar reforçadores. “Algumas das punições governamentais consistem na retirada de reforçadores positivos. (...) privando-o do contato com a sociedade através do encarceramento ” (SKINNER, 1953, p. 367)

Este processo, para o autor, vem de uma rede complexa de contingências que controlam o sujeito, pois o reforçamento de quem não está encarcerado é automático, por praticar “bom comportamento” e não cometer nenhum crime. O comportamento ilegal, pelo acompanhamento quase que contingente de punição, gera no sujeito estímulos aversivos que ficam incompatíveis com comportamentos de emissão de respostas que vão nesse sentido.

O processo prove o reforço automático de respostas que são incompatíveis com o comportamento ilegal. Então, como o efeito líquido do controle governamental, o comportamento ilegal vem a gerar estímulos aversivos, que fazem o indivíduo “sentir-se culpado” e que provém o reforço positivo automático de comportar-se legalmente. (SKINNER, 1953, p. 368)

Ainda na discussão governamental sobre as leis, Skinner vai falar sobre as leis, que são o método de que o governo dispõe para regular o comportamento das

peças (por isso trata-se de uma agência de controle, pois controla o comportamento de muitas peças ao mesmo tempo).

A própria lei é um recurso verbal, e ao prolongar esses processos intermediários que a codificação dos procedimentos governamentais mais ajuda. Um código sustenta um comportamento verbal que preenche as lacunas entre aspectos de punição e o comportamento de outros. (SKINNER, 1953, p. 371)

Skinner define que as leis tratam-se de um exemplar de regra, um tipo de controle verbal sobre os sujeitos. Por ser uma regra, remete à algumas questões específicas desse tipo de controle verbal, tema de diversos estudos. Neles, pode-se encontrar resultados que indicam que o controle por contingências tende a controlar mais do que a regra, ou seja, se essas duas forem competitivas, provavelmente a resposta que não deve ser emitida para evitar uma punição será emitida, pois o controle ambiental vai ser mais forte. Pode ser visto como exemplo experimental:

Estes resultados corroboram a hipótese apresentada em alguns estudos, de que o comportamento de seguir regras discrepantes tende a deixar de ocorrer quando o indivíduo mantém contato com as consequências que contradizem a própria instrução. (CORTEZ, REIS; 2008, p. 152)

Ou seja, assim como qualquer outra regra, quando esta estiver frente a uma contingência competidora e incompatível, existem altas probabilidades de as contingências naturais controlarem o sujeito ao invés da regra. Pensando num caso de criminalidade, podemos pensar então que frente a muitas adversidades, a lei se torna cada vez menos ambiente do sujeito, pois outras privações começam a controlar mais qualquer resposta que esse sujeito emita para alcançar o reforçamento.

Pensando no conceito de privação, Skinner coloca que é um tipo de controle que altera a probabilidade do responder do sujeito.

É razoável supor que a probabilidade sempre fica em algum ponto entre esses dois extremos – **privação severa e saciação excessiva**⁸ - e que se a privação for alterada, a probabilidade simplesmente move-se na direção de um ou de outro. (SKINNER, B. F., 1953, p. 155)

⁸ Parte destacada adicionada pelo autor, para o melhor entendimento do trecho, porém essas informações se encontram no mesmo parágrafo na obra de SKINNER, 1953, *Ciência e Comportamento Humano*, p. 155

Vale lembrar que quando as pessoas passam pelo processo de encarceramento, diversas privações lhe são impostas, provavelmente combinadas com as que eles já sofriam antes de chegarem nessa situação.

Voltando para a situação de encarceramento, Murray Sidman descreve com muita clareza quais são os problemas que encontramos nesse ambiente e, além disso, o que poderíamos fazer para que o mesmo funcionasse com o seu real propósito, a reintegração social.

Prisões e reformatórios controlam reforçadores em uma extensão que não é permitida no mundo exterior. Enquanto os infratores são temporariamente incapazes de se engajar nos atos que os levaram para a prisão é possível usar o reforçamento positivo para ensinar a eles formas mais aceitáveis e adaptativas de conduta. Antes de deixar a prisão, o infrator poderia ser preparado com novas opções e meios legais de sobrevivência. A redução do número de infratores reincidentes também reduziria a crescente novidade de novas prisões. (SIDMAN, Murray, 1989, p. 263)

Neste capítulo, Murray Sidman descreve um experimento de outros autores, que prevê uma prisão não punitiva, que se utiliza de reforçadores positivos para bons comportamentos. Outro ponto interessante levantado pelo autor é a possibilidade de qualquer guarda poder ser treinado para atuar de acordo com esse novo método, já que as técnicas de reforçamento não são difíceis.

As técnicas para levá-los ao sucesso não são difíceis. Todos os funcionários correccionais deveriam ser treinados a usá-las. O projeto proporcionou cursos para os prisioneiros. Começando com leitura básica, escrita, conversação, cálculo e memória. E então pra habilidades mais avançadas. (...) A garantia de que cada curso preparava o aluno para o seguinte e a exigência de notas altas para que eles pudessem avançar assegurava o sucesso – reforçamento continuado. Ninguém era forçado a fazer o curso. (SIDMAN, Murray, 1989, p. 263)

Outro ponto interessante da proposta educacional que utiliza de um reforçador positivo é que também serve-se do tempo que o sujeito está fora da sociedade tentando ensinar habilidades úteis e garantindo meios de aprendizado sobre temas que possam ser úteis quando o detento deixar o sistema. Não obstante a participação não é obrigatória, o que retira qualquer condição aversiva do programa.

Ao longo do processo, são passados reforçadores artificiais, aos quais os prisioneiros não teriam possibilidade de alcançar se não participassem dos cursos.

Para que os prisioneiros se engajassem, o projeto pagava-os para aprender. Isto tornou possível aqueles que se engajaram no processo de aprendizagem a obtenção de coisas que, do contrário, não estariam disponíveis de modo algum, independentemente de como agissem na prisão. (SIDMAN, Murray, 1989, p. 264)

Depois de um período em que o presidiário já conseguiu alguns reforçadores com os seus estudos, para ter acesso às próximas aulas, ele deve pagar com a mesma moeda que ganhou como reforçador. Tal artifício era adotado para ensinar o sujeito que, em algum momento depois que saísse da cadeia, provavelmente teria que pagar para aprender mais, mas continuaria recebendo reforçadores. Além disso, esse processo tenta garantir que a resposta de estudar e se aprimorar vá se tornando intrinsecamente reforçadora. “O valor da aprendizagem, por si só, tornou-se evidente e os estudantes, por fim, passaram a utilizar algum de seus créditos para pagar os cursos que eles solicitavam – uma exigência que teriam fora dali. (SIDMAN, 1989, p.265)

Ao final desse capítulo, Sidman explica que esses estudantes, quando fossem liberados, tinham mudado o seu repertório, não eram mais os mesmos e tinham mais possibilidades de não voltar para a cadeia novamente, diminuindo assim os índices de reincidência. O ambiente de onde eles vieram ainda poderia controlá-los de forma que eles voltassem a cometer crimes, mas durante o tempo em encarceramento houve uma tentativa de garantir mudanças no repertório do sujeito, e não apenas esperar que ele melhorasse com o tempo, sem que lhe fosse ensinado nada.

Quando esses estudantes partiram estavam aptos a fazer coisas que tornavam novos reforçadores disponíveis: seu mundo havia se expandido. Obviamente, não havia garantias de que as antigas contingências do ambiente familiar não assumiriam novamente o controle, mas agora, pelo menos, eles tinham uma chance de fazer algo diferente. As evidências indicam que muitos investiram em novas oportunidades que a abordagem não-punitiva havia tornado possível. O retorno a prisão se reduziu. (SIDMAN, Murray, 1989, p. 265)

Este trecho de Murray Sidman mostra bem claramente a visão do analista do comportamento frente ao ambiente carcerário e a punição que não precisa ser utilizada nesse local. A combinação de um ambiente não punitivo, programas educacionais e acesso a reforçadores que eles não tenham de outra maneira, mas sem obrigá-los a participar, é o suficiente para mudar, se não a vida de todos, a da maioria dos sujeitos que passariam pelo sistema judicial, considerando que já sairiam com alguma bagagem teórica a qual não tiveram fora e ainda estariam preparados

para o mundo que estivesse esperando quando eles voltassem para a sociedade. “Contudo, não importa como alguém se sinta quando a desejabilidade do aprisionamento, seu fracasso em impedir a repetição do crime representa oportunidades perdidas ou até mesmo tragédias.” (SIDMAN, 1989, p.263)

1.3. Inserção do analista do comportamento no ambiente carcerário

A inserção do analista do comportamento no ambiente carcerário começa na década de 1960, em que são iniciadas as propostas e realizações de intervenções para criminosos institucionalizados.

Em relação aos programas institucionais, os autores relataram que investigadores começaram a propor e a realizar intervenções para criminosos institucionalizados na década de 1960. Acreditavam que, nesses ambientes, poderiam controlar com precisão os antecedentes e as consequências do comportamento dos infratores. (GUIMARÃES, 2008, p. 11)

A partir dos dados coletados em estudos, já na década de 1970, novas pesquisas começam a exibir estatisticamente a mudança de comportamento, reduzindo os considerados indesejados e aumentando os desejáveis.

Alguns estudos realizados no final da década de 1960 e começo da de 1970 demonstraram estatisticamente a redução de comportamentos indesejados e aumento de comportamentos desejados a curto prazo, indicando possibilidade de modificação de comportamentos submetidos a mudanças nas contingências que os controlavam (GUIMARÃES, 2008, p. 11)

Apesar deste início que se mostra promissor, passa por problemas com o decorrer do tempo, como é o caso do projeto START (tratamento especial e treinamento de reabilitação), em que seus executores são indiciados judicialmente pelo uso de técnicas aversivas.

Os ataques mais problemáticos tomaram forma de desafios legais com o programa START (tratamento especial e treinamento de reabilitação),⁵ que teve seus responsáveis processados criminalmente por usarem estratégias aversivas. Apesar de o programa ter sido encerrado, a discussão sobre a coerção utilizada pelo sistema prisional persistiu. (GUIMARÃES, 2008, p. 12)

A partir disso, muitas críticas foram vinculadas na mídia americana, os presidiários começaram a fazer rebeliões para demonstrar insatisfações e outros profissionais da área também criticam esse trabalho do analista do comportamento. “Críticas a outros programas foram feitas pela mídia e por profissionais da área, inquéritos judiciais foram abertos e rebeliões demonstraram insatisfação dos presidiários.” (GUIMARÃES, 2008, p.12)

Assim, na década de 1980, poucos estudos são realizados por analistas do comportamento no ambiente carcerário. Em estudos realizados posteriormente,

revela-se que a intervenção do analista do comportamento se dá de quatro maneiras principais, sendo elas: educação, economia de fichas, treinamento de habilidades sociais, e procedimentos aversivos.

As técnicas e metodologias voltadas para educação visavam o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e promoção educacional mediante instrução programada e administração de contingências. Diversos programas envolveram o uso de economia de fichas, sendo essa uma técnica bastante utilizada, tanto para adultos quanto para jovens em conflito com a lei. Treinamento de habilidades sociais implicava em trabalhar uma variedade de habilidades que se acreditava serem deficientes entre jovens em conflito com a lei e criminosos. Exemplos delas eram controle da raiva e treino de assertividade. Por fim, os programas que fizeram uso de procedimentos aversivos foram utilizados principalmente para controlar comportamentos de transgressores sexuais e comportamentos não cooperativos. (GUIMARÃES, 2008, p. 12)

Em revisões feitas por outros analistas do comportamento nessa época, mostra-se que as intervenções com delinquentes juvenis normalmente se tratavam de pesquisa com problemas metodológicos em suas intervenções, já que não propunham uma análise funcional do caso.

Os autores discutiram a capacidade dos programas em alcançar as chamadas mudanças de segunda ordem, ou seja, mudanças que acarretariam a resolução do problema (diminuição da reincidência criminal). Apontaram que apenas 9% dos estudos se propunham a fazer a intervenção individualizando os comportamentos-alvo e, portanto, planejando uma análise funcional. (GUIMARÃES, 2008, p. 14)

Apesar da comprovação de certa eficácia de modificadores de comportamento no ambiente carcerário, os quais eram utilizados há algum tempo, um problema sempre é visto como recorrente, que se trata do fato de que a intervenção do analista do comportamento muitas vezes não se mantém quando o sujeito sai do ambiente carcerário e vai para o seu ambiente natural.

Apesar da comprovação de alguma eficácia de programas de intervenção institucional em penitenciárias, diversos autores apontam a dificuldade na manutenção de comportamentos adquiridos durante o cumprimento da pena, uma vez que o indivíduo se encontra fora da instituição. (GUIMARÃES, 2008, p. 14)

Porém, de todas as pesquisas já publicadas em análise experimental do comportamento visando a mudança de comportamento de presidiários, talvez uma se destaque mais, a pesquisa de *Flipczak e Cohen*, de 1971, *A new learning environment*.

“Uma experiência de sucesso utilizando educação em ambientes prisionais é relatada por Cohen e Filipczak (1971), em *A new learning environment*.” (GUIMARÃES, 2008, p.20)

Nela, destaca-se o fato de que os pesquisadores se utilizaram de comportamentos que provavelmente teriam reforçamento no ambiente natural do sujeito, de forma que pudesse ser mantido quando o encarcerado fosse libertado.

Além desses pontos citados acima, fator crucial para o sucesso da intervenção foi o fato de os comportamentos-alvo escolhidos pela intervenção serem operantes com grandes chances de serem reforçados também no ambiente natural dos sujeitos. Que obtinham com as boas notas, por exemplo. Com essa experiência de sucesso, Cohen e Filipczak (1971) puderam demonstrar que a criação e execução de um programa de reintegração social é uma tarefa árdua, porém possível. (GUIMARÃES, 2008, p. 21-22)

Assim, os autores conseguiram mostrar que a mudança de comportamento pode sim ser realizada num ambiente carcerário, de maneira que irá se manter ao longo da vida do sujeito mesmo depois de deixar a prisão e não ter mais acompanhamento. O problema é que o analista do comportamento precisa fazer uma análise realmente funcional do comportamento dos sujeitos em qualquer ambiente que ele trabalhe, e no ambiente prisional não deveria ser diferente. Se ele for capaz de analisar as funções que tem o comportamento, quais são as variáveis controladoras, além das que existem na prisão, ele consegue efetivamente fazer um programa de mudança de comportamento que possa, de maneira concreta, ajudar muitas pessoas que passam pelo sistema carcerário anualmente.

Um programa de tamanha complexidade de mudança comportamental com certeza não é fácil de se pensar, menos ainda de se aplicar, mas estudos já antigos, como os de *Filipczak e Cohen*, nos indicam que existem soluções nesse ambiente e que, quando bem planejadas, as intervenções mostram resultados efetivos e são capazes de manter suas consequências posteriormente. A grande questão é a qualidade da análise de contingências que o profissional executará, e se ele levará em conta todas as possíveis variáveis mantenedoras do comportamento, além de planejar a sua generalização fora daquele ambiente. Tudo que envolve o prisioneiro deve ser levado em conta. “Para vencer o desafio da mudança do sistema correccional, é necessário que se preste atenção também a outras populações e à política de mudança do sistema prisional. ” (GUIMARÃES, 2008, p. 25)

Constata-se que o analista do comportamento tem um histórico de trabalho e investigações nesse ambiente, e tem conhecimento que pode ser utilizado de forma a obter resultados positivos frente a questão da reinserção social do presidiário. O que precisamos é de profissionais dispostos a analisarem os erros e acertos cometidos no passado e que tenham coragem de começar a intervir nesse ambiente, que tanto precisa de assistência.

2. MÉTODO

2.1 Material

O objetivo desta pesquisa é fazer uma revisão bibliográfica de pesquisas aplicadas do analista do comportamento no ambiente prisional. Para que isso fosse alcançado, o periódico *Journal Of Applied Behavior Analysis* (JABA) e seus mecanismos de pesquisa foram escolhidos.

O JABA foi eleito por tratar-se de um periódico americano que produz pesquisas sobre a aplicação da análise do comportamento e pertence à Sociedade para a Análise Experimental do Comportamento (SEAB), com alto grau de relevância na área das pesquisas aplicadas e por seu grande número de publicações (desde 1968, 48 volumes e 4 números por volume).

Para acessar todos os artigos disponíveis no periódico, adotou-se a ferramenta de pesquisa do site *The National Center for Biotechnology Information* (NCBI), que permite a entrada em diferentes bancos de dados, selecionando-se assim o *PubMed central* (PMC), possibilitando a coleta de todos os dados disponíveis na *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).⁹

Ao entrar na ferramenta de busca e selecionar PMC (*PubMed Central*), aparecerá, embaixo da barra de pesquisa, a opção *limits*, ou seja, que permite definir os parâmetros de busca. Assim, foi selecionado o JABA para a pesquisa.

⁹ Baseado nos trabalhos de conclusão de curso de (ALMEIDA; 2014, P. 33) (DUARTE; 2014, P. 2014)

2.2 Seleção de artigos

O acesso a todos os artigos disponíveis no periódico ocorreu por meio da ferramenta de pesquisa do site *The National Center for Biotechnology Information* (NCBI) que permite a entrada a diferentes bancos de dados, selecionando o *PubMed central* (PMC) para obter os dados da *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).¹⁰

Ao entrar na ferramenta de busca e selecionar PMC (*PubMed Central*) (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/>) surge, embaixo da barra de pesquisa, a opção *limits*, ou seja, permite você selecionar os parâmetros de sua busca. Assim, foi selecionado o JABA para a pesquisa.

Nesta página escolhe-se também em que bloco da pesquisa você quer encontrar as palavras chaves, como por exemplo resumo, método, introdução, título. Todas as partes da pesquisa foram assinaladas, ou seja, em qualquer lugar do corpo da pesquisa poderia estar a palavra-chave colocada, analisando depois se a pesquisa entraria no banco de dados ou não.

As palavras chaves foram usadas nos três blocos escolhidos, e foram escolhidas a partir de sua relevância para a pesquisa, seu sentido na tradução e sua utilização em outras pesquisas sobre o assunto.

As pesquisas escolhidas a partir do tema desta análise e de seus objetivos, que visam conhecer o trabalho do analista do comportamento no ambiente prisional, são: *Prison* (tradução de prisão), *Correctional Setting* (termo utilizado em inglês para se referir a setting correcional), *Delinquent Behavior* (tradução de comportamento delinquente), *Offender* (tradução livre de agressor em inglês), e *Rehabilitation Setting* (tradução livre de setting de reabilitação em português).

As pesquisas encontradas que tenham coerência com o tema serão separadas e divididas por ano, por autor, por procedimento utilizado, controle utilizado, perfil dos participantes, tipos de pesquisa encontrados e tipo de controle empregado, visando analisar como se deram as intervenções do analista do comportamento nesta instituição.

Foram encontradas, depois de utilizado o critério de exclusões, 23 pesquisas que tiveram a intervenção aplicada do analista do comportamento em ambiente carcerário.

2.3 Critérios de exclusão

Os critérios utilizados para a exclusão dos artigos foram os que não se tratavam de uma intervenção do analista do comportamento no ambiente prisional (não necessariamente a prisão clássica, já que aparecem diversas pesquisas em ambientes correcionais juvenis), mesmo que fossem encontradas alguma das palavras-chave utilizadas ou que não se tratavam do analista do comportamento preocupado com a mudança de comportamento dos sujeitos que tivessem cometido algum delito.

2.4 Categorias de análise

A partir dos dados obtidos, foi criada uma planilha no Excel 2016, em que eram guardadas como banco de dados e categorizadas todas as pesquisas encontradas.

Essas pesquisas foram categorizadas da seguinte forma:

1- Link de internet: Foram registrados todos os links do banco de dados do PUBMED em células do Excel.

2- Nome do autor: Foram organizados todos os autores das pesquisas e posteriormente montado um gráfico que mostra a quantidade de publicações que cada autor realizou sobre esse tema.

3- Título das pesquisas: Toda as pesquisas foram organizadas pelos seus títulos, relacionando com todas as outras informações.

4- Ano de publicação: Todas as publicações foram organizadas pelo seu ano de publicação, e, posteriormente, um gráfico do número acumulado de publicações pelos anos das mesmas foi montado. Foram encontradas pesquisas de 1968 até 2011.

5- Abstract: Todas as pesquisas tiveram os seus respectivos abstracts organizados, com exceção de duas que não apresentavam esse recurso.

6- Palavras-chaves: Todas as pesquisas tiveram suas respectivas palavras-chaves organizadas e categorizadas.

7- Termo de busca: Os termos de busca foram organizados para que fossem encontradas todas as pesquisas no periódico e posteriormente criado um gráfico que mostra quantas pesquisas foram encontradas a partir de cada termo utilizado. Os termos foram: *Delinquent behavior*, *correctional setting*, *prison*, *offender* e, por último, *rehabilitation setting*.

8- Tipo de pesquisa: As pesquisas encontradas foram organizadas e categorizadas pelo seu tipo de pesquisa. Os tipos encontrados foram: quase-experimental, revisão e documental.

9- Procedimentos utilizados: Todas as pesquisas foram separadas pelos procedimentos utilizados na mudança de comportamento dos encarcerados, de forma que os procedimentos encontrados foram: Economia de fichas, *Achievement-Place*¹¹

¹¹ Baseado na pesquisa de WOLF, ELERYN e DEAN; 1973, p.31

(setting familiar de reabilitação de adolescentes baseado em economia de fichas e alcance de reforçadores), avaliação de excitação (para presidiários com problemas relacionados a crimes sexuais), *teaching family model*¹² (intervenção baseada na família e no setting mais natural possível para o agressor, de forma que tente ao máximo controlar e modificar as variáveis naturais mantenedoras do comportamento delinquente ou inadequado socialmente), técnica do item marcado¹³ (em que se marca determinado objeto de forma que o sujeito precisa emitir várias respostas até conseguir ter acesso ao marcado, viabilizando um maior acesso ao reforçamento), programa de manejo de contingências e, por último, o procedimento de análise de dados. Ao todo, sete tipos diferentes de procedimentos apareceram nessas pesquisas, mostrado num gráfico realizado posteriormente.

10- Perfil dos participantes: Os participantes foram categorizados e analisados, e, posteriormente, elaborou-se um gráfico sobre quais são os números de perfil dos participantes que aparecem ao longo das publicações. Os tipos de perfil encontrados são: delinquente juvenil, adultos, agressores sexuais, violência doméstica, segurança máxima e crimes relacionados à drogas.

11- Tipo de controle utilizado: foram analisados e categorizados os tipos de controle utilizados nas pesquisas, sendo definidas, a partir das definições de Murray Sidman, três categorias:

Reforçamento positivo:

No reforçamento positivo, a ação de uma pessoa é seguida pela adição, produção ou aparecimento de algo novo, algo que não estava lá antes do ato. (...). Quando nosso comportamento é reforçado positivamente obtemos algo; (...) os tipos de consequências tornam mais provável que façamos a mesma coisa outra vez (...) portanto, reforçadores. (SIDMAN, 2009, p. 55-56)

Punição:

¹² Baseado na pesquisa de WOLF, BRAUKMANN e RAMP; 1987, p.347

¹³ Baseado na pesquisa de HAYES, JOHNSON e CONE; 1975, P. 381

Punição ocorre quando quer que uma ação seja seguida ou pela perda de reforçadores positivos (**punição negativa**)¹⁴, ou ganho de reforçadores negativos. (**punição positiva**)¹⁵ (SIDMAN, 2009, p.59)

Ambos:

Quando ambos os tipos de controle foram utilizados como consequência para comportamentos determinados, ou seja, quando a pesquisa combina o uso de reforçamento positivo e o de punição, negativa ou positiva.

No total, foram encontrados três tipos de controle diferentes na pesquisa, sendo estes punição negativa, reforçamento positivo e ambos.

¹⁴ Destaque feito pelo autor como acréscimo autoral para a definição do conceito.

¹⁵ Destaque feito pelo autor como acréscimo autoral para a definição do conceito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do procedimento de coleta e dos dados obtidos serão apresentados os resultados que foram reunidos em todas as pesquisas presentes no JABA sobre a intervenção aplicada do analista do comportamento no ambiente carcerário. Foram encontradas 23 pesquisas que se passavam na prisão com o foco em mudança de comportamento relacionada aos crimes, sendo os participantes, presidiários.

Foram catalogados três tipos de pesquisa no JABA que envolviam este tema, sendo elas do tipo documental (1), do tipo revisão (5) e do tipo quase-experimental (19), que foi a ampla maioria encontrada em meio à população analisada, como podemos ver na figura 1.

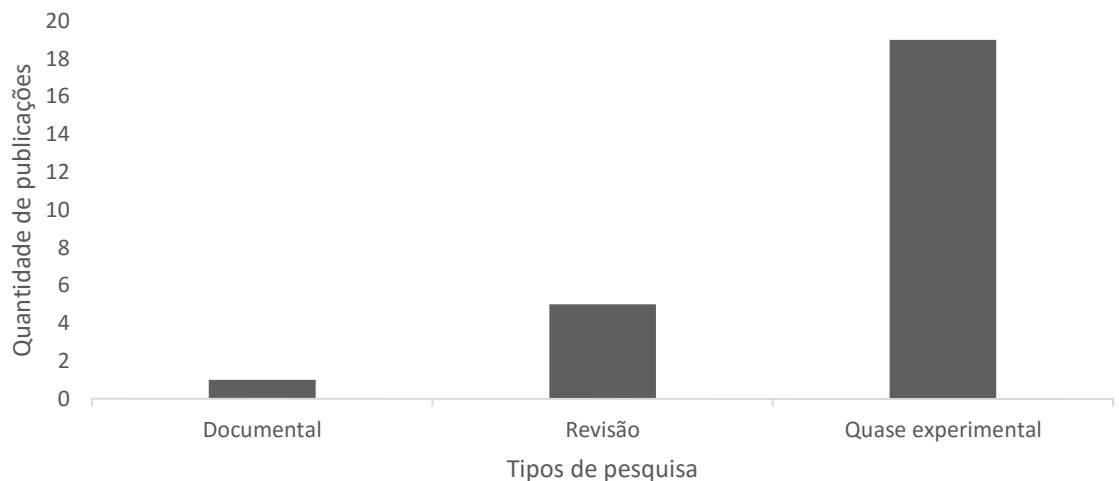


Figura 1 Quantidade de publicações por tipos de pesquisa presentes no JABA sobre prisão

Por ser um periódico de pesquisa aplicada (*Journal of applied behavior analysis*), o resultado encontrado não é surpreendente, já que se trata de uma pesquisa quase-experimental. Esta reconhece as suas limitações a partir do momento que admite ser difícil controlar todas as variáveis de um ambiente como o sistema prisional, mesmo que não seja em seus moldes clássicos.

A partir da figura 1, podemos notar que, quando se trata de prisão, o método mais interessante e comum que aparece é o quase-experimental, já que, com ele assume-se o não controle total das variáveis no ambiente natural, mas, ao mesmo

tempo, a tentativa de controlar o mais rigorosamente possível as variáveis existentes. É importante também existirem pesquisas documentais e de revisão nessa área de trabalho, posto que poucas foram feitas desde 1968. Mesmo não serem numerosas, ainda assim apresentam dados muito importantes e que podem ser adaptados como base para intervenções nos dias de hoje.

As pesquisas foram publicadas desde 1968 (uma pesquisa) sendo esta a mais antiga, até o ano de 2011(uma pesquisa), que é a data da última análise encontrada. Podemos observar isso na figura 2, em seguida.

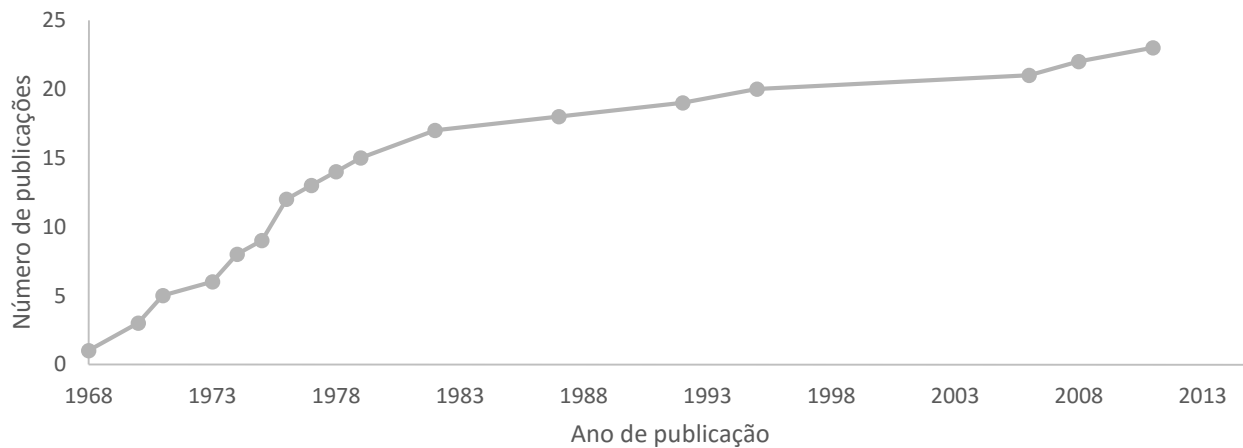


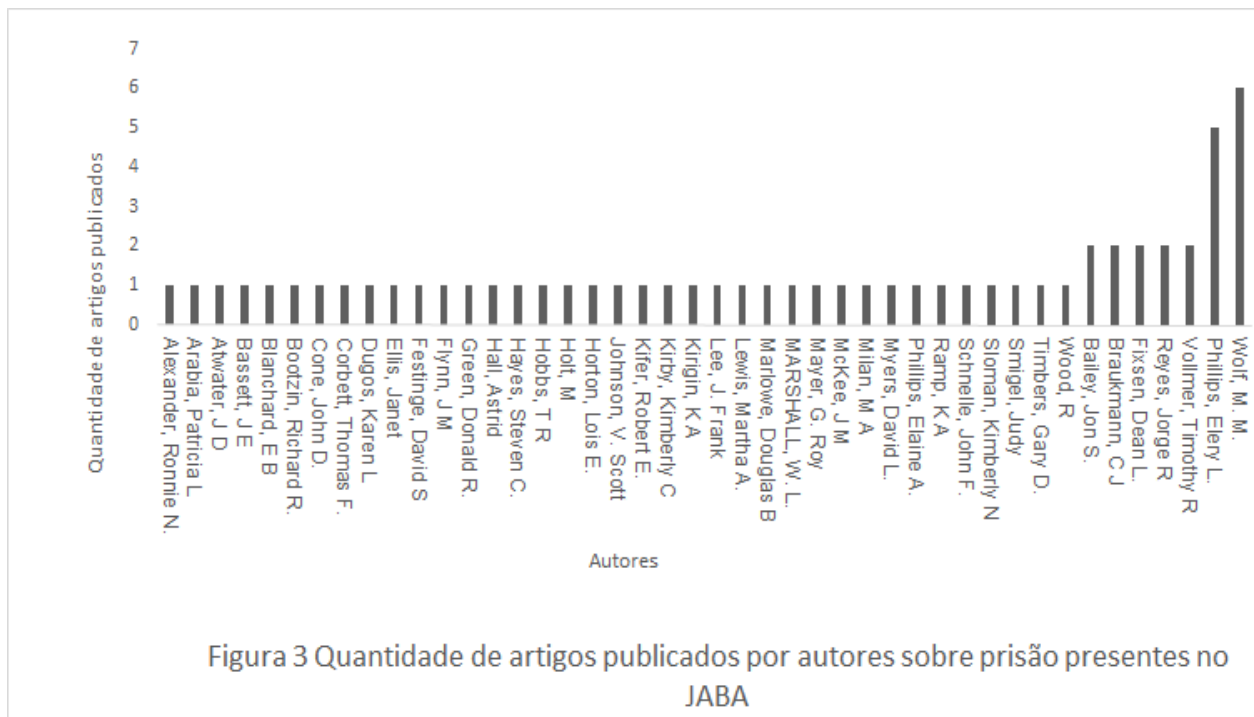
Figura 2 Número acumulado de artigos publicados por ano no JABA sobre prisão

Observa-se que, em um período de 11 anos (1968 até 1979), foram produzidas 15 pesquisas envolvendo a temática de prisão e mudança de comportamento de presidiários, e de 1980 até 2015 foram feitas apenas mais 10 pesquisas, ou seja, em um período de 11 anos, produziu-se mais sobre o tema do que no período seguinte de 35 anos. Esses dados nos levam a questões como o motivo de um interesse tão grande pelo assunto na época de seu surgimento e também o motivo pelo qual esse interesse vai decaindo conforme o tempo passa. Quais serão os fatores envolvidos nessa queda de produções aplicadas ao longo do tempo?

Sobre a figura 2, que retrata o número acumulado de artigos por ano, podemos notar um incrível entusiasmo pelo campo de pesquisa em prisões com esse público. Porém, por algum motivo não identificado, o aumento de publicações com essa temática vai decrescendo, chegando nos anos 2000 com apenas três pesquisas

publicadas. Em média, isso equivale a uma pesquisa sobre prisão a cada cinco anos, o que pode ser considerado um valor baixo de pesquisas nessa área. Sabendo que o número de presidiários ao longo dos anos vem aumentando drasticamente é de se pensar que o número de pesquisas e intervenções com essa população aumentaria proporcionalmente, e também que surgiriam métodos buscando mudar comportamentos dessa população específica, para que ocorra uma reintegração social com esse sujeito depois que ele fizer parte do sistema carcerário. Infelizmente, não é a conclusão para onde os dados apontam. O que ocorre é o extremo oposto, com o analista do comportamento cada vez mais longe e com menos produção de conhecimento e intervenções neste ambiente.

Pode-se notar também que essas 25 pesquisas foram feitas por diversos autores, sendo que a maioria publicou apenas um artigo com essa temática. As poucas exceções sendo *M. M. Wolf*, que publicou 6 artigos, e *Elery L. Phillips*, que publicou 5 artigos, como é possível averiguar na figura 3.



37 autores publicaram um artigo só, enquanto 7 autores publicaram pelo menos dois artigos cada. Esses autores são: *Jon S. Bailey* (2) *C. J. Braukmann* (2), *Dean L. Fixsen* (2), *Jorge R. Reyes* (2), *Timothy R. Vollmer* (2) *Elery L. Phillips* (5) e *M. M. Wolf* (6). Trata-se de uma temática que os autores circulam, mas acabam não se mantendo

nas pesquisas, sendo poucos os que realizaram mais de um estudo no campo. Desses, ainda menos fizeram mais do que duas pesquisas relacionados com este tema, apenas dois.

Podemos verificar também que a maioria dos autores que produziram algum tipo de intervenção com essas pessoas trabalharam uma vez com essa população e depois nunca mais pesquisaram sobre o assunto. Pensando que as pesquisas encontradas são todas aplicadas, podemos inferir a dificuldade de se trabalhar com essa população e os diversos empecilhos para que analistas do comportamento consigam exercer o seu trabalho no ambiente carcerário. Independentemente dos motivos que fizeram cada autor desistir, podemos perceber que não é uma área que mantém os pesquisadores ou atrai novos. Eles transitam por esse campo, mas não perduram. A exceção se encontra em autores como M. M. Wolf, que publicaram e pesquisaram bastante comparados com os outros, contudo, ainda são poucas pesquisas quando debate-se números absolutos, contabilizando meramente seis intervenções. M. M. Wolf publicou, sozinho, mais do que foi publicado nos últimos 15 anos, o que mostra o quão longe desse campo ficamos com o passar dos anos. É muito relevante tentar entender os fatores que estão fazendo com que o analista do comportamento não trabalhe numa instituição tão expressiva socialmente, tendo tanto conhecimento produzido sobre mudança de comportamento, que é a proposta original das prisões.

Sobre o perfil dos participantes quanto aos crimes cometidos e sua situação a ampla maioria foram pesquisas com delinquentes juvenis (15), seguida de pesquisa com adultos (4) e agressores sexuais (3). Esses dados podem ser vistos na figura 4.

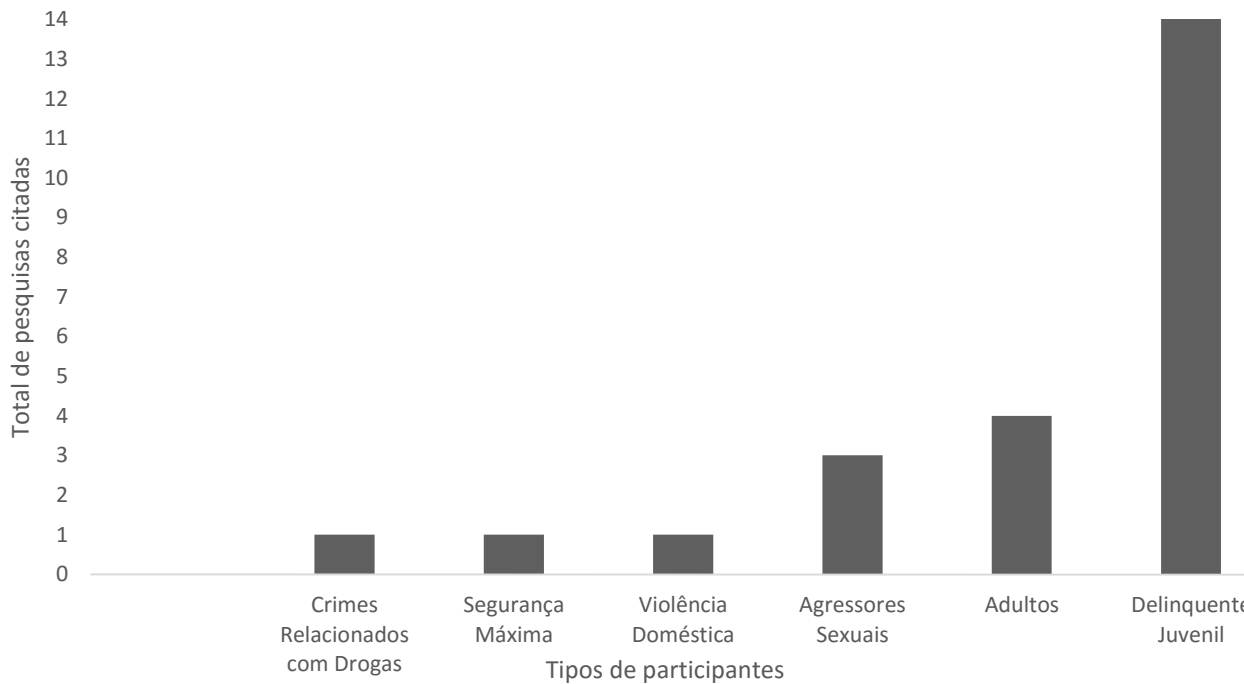


Figura 4 Perfil dos participantes em todas as pesquisas encontradas no JABA sobre prisão

Além dos perfis citados acima, aparece também pesquisas com crimes relacionados à drogas, presidiários de segurança máxima e homens que cometeram violência doméstica, cada um desses com uma pesquisa produzida com participantes que tem este perfil.

A figura 4, que mostra o perfil dos participantes, é muito interessante de ser analisada. Neste gráfico, é possível perceber o perfil dos sujeitos e percebe-se que, em sua ampla maioria, os participantes das intervenções são delinquentes juvenis. Essa informação é muito significativa, já que é possível reparar que, com adultos, as chances de uma intervenção ocorrer são menores, seja por que o acesso é mais complexo ou por acharem que com delinquentes a chance de recuperação seja maior por o sujeito ainda estar em desenvolvimento. Mostra-se também um interesse por pesquisas de agressores sexuais, porém, ainda são poucas as que apontam para esse caminho, o que não faz com que seja um assunto de menor importância na sociedade atual, pelo contrário, a recuperação desse tipo de população é extremamente relevante e significativa. Também apontam pesquisas com presidiários relacionados com drogas e uso das mesmas, violência doméstica e segurança máxima. Ainda assim, são poucas as pesquisas sobre cada um destes assuntos. Já

que adolescentes foram o perfil mais estudado, talvez seja o momento de analisar quais foram os resultados dessas pesquisas e relacionar com os ambientes prisionais adultos, analisar o que os dados apontaram como melhor jeito de se trabalhar, que trazem mais resultados positivos em quesitos de aquisição de repertório social, além de uma reintegração e um modo de se comportar que não seja o estereótipo de comportamento “criminoso”, e ensinar o sujeito maneiras mais adequadas de se adquirir o reforçador, como em casos de economia de fichas, *achievement-place* (programa baseado em uma comunidade que visa a reabilitação do estilo familiar baseado em economias de fichas). Essas pesquisas trazem ótimos produtos, pois trabalham no ambiente mais natural possível, trabalham com a família como um todo, tentando ao máximo mudar o ambiente do sujeito.

Um dado importante que foi obtido nesta pesquisa foi sobre os procedimentos na mudança de comportamento dos presidiários, quais foram os mais utilizados e quais técnicas são disponíveis para esse tipo de intervenção. Podemos observar esses dados na figura 5, sendo a técnica mais utilizada a economia de fichas.

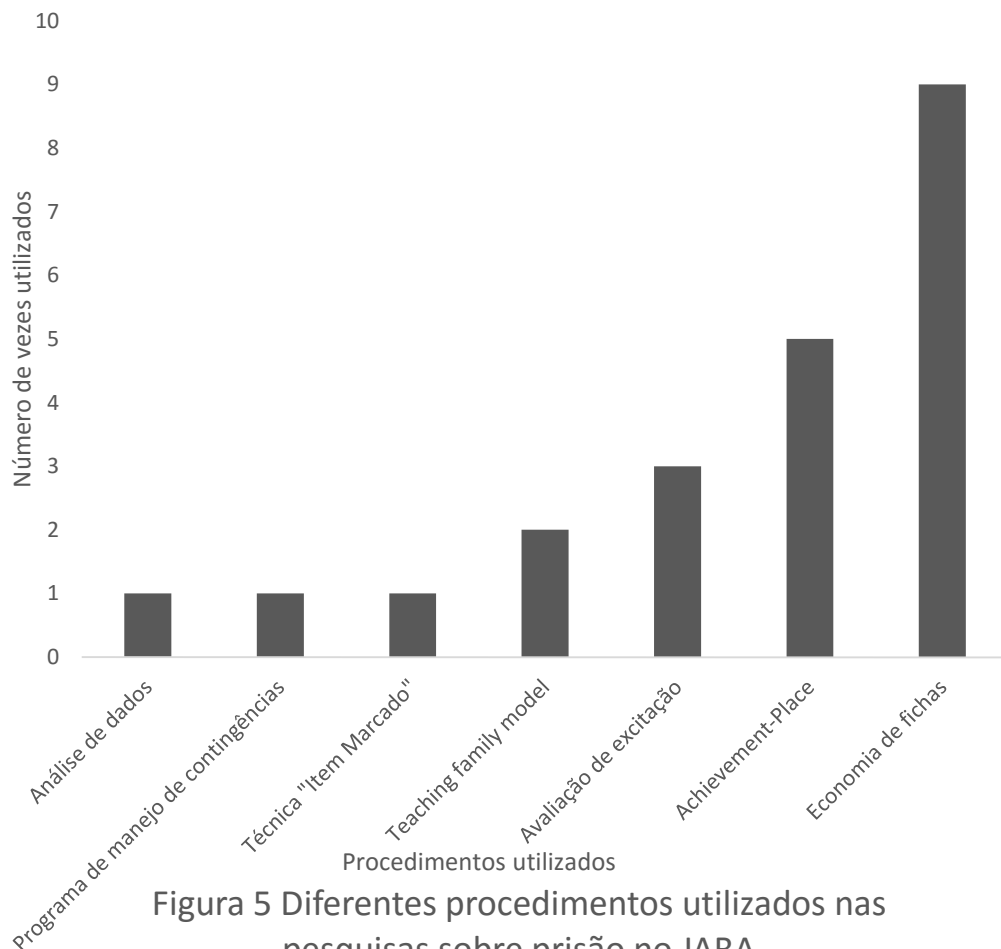


Figura 5 Diferentes procedimentos utilizados nas pesquisas sobre prisão no JABA

Existem diversos procedimentos que foram aplicados ao longo dos anos, sendo economia de fichas a técnica mais utilizada (9 pesquisas), seguida, respectivamente, por *achievement-place* (5), avaliação de excitação (3), *teaching family model* (2), técnica do item marcado (1), programa de manejo de contingências (1) e análise de dados (1). Vale a pena ressaltar que, apesar de serem categorias diferentes, o procedimento *achievement-place* trabalha também com economia de fichas, assim como o *teaching family model*, que se diferenciam de economia de fichas pelo local mais natural de sua aplicação e de mudança de contingências familiares.

O método de economia de fichas é o mais utilizado, estando presente em nove pesquisas, e *achievement-place* em segundo lugar, com cinco pesquisas. Vale ressaltar que *achievement-place* também trabalha com economia de fichas. Ou seja, este método é amplamente utilizado e apresenta vantagens e resultados, porém, as pesquisas indicam que é muito mais eficiente quando as fichas se relacionam com reforçadores naturais, ou seja, não é algo que mantém o comportamento sozinho, sem de alguma forma modificar o ambiente do sujeito para que ele possa adquirir reforçadores naturais. O modelo de ensino familiar, que aparece em uma pesquisa, também se utiliza da economia de fichas. Os procedimentos utilizados são, em grande parte, os mesmos ou bem parecidos, com especificidades sobre a utilização das fichas, se retira ou se apenas entrega (se pune ou não pune os comportamentos inadequados). Outra técnica interessante que é citada é a de controle de excitação desviante, em casos de agressores sexuais, que precisa ser pesquisada com mais cuidado e mais aplicações, mas mostra-se um campo de trabalho interessante na análise do comportamento, além de sua óbvia relevância social.

Outro dado interessante que foi obtido nessa pesquisa é o tipo de controle que foi mais utilizado nessas pesquisas, ou seja, se era mais utilizado reforçamento positivo, punição ou ambos. Os dados podem ser vistos na figura 6.

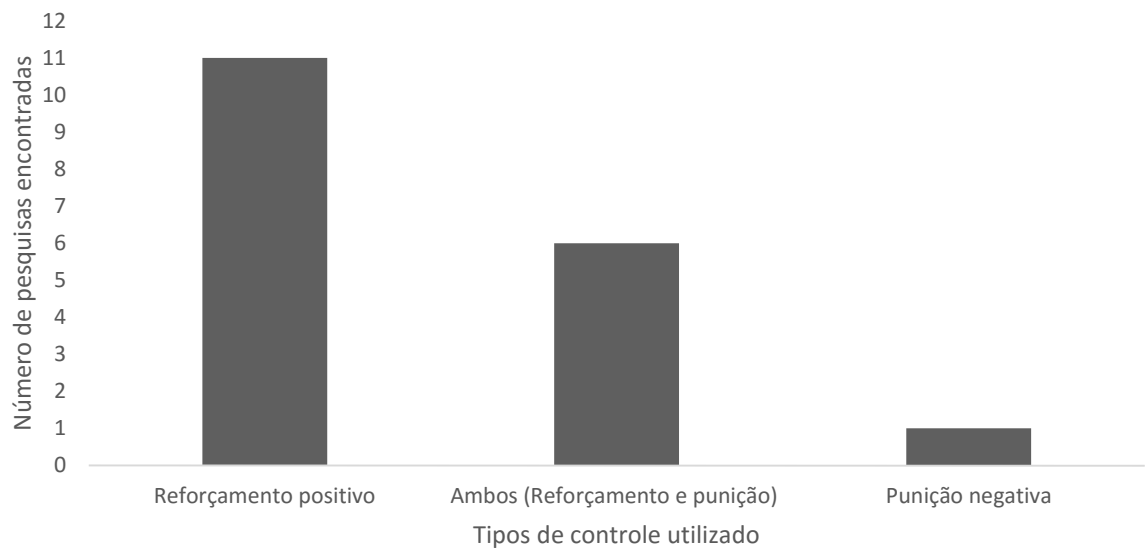


Figura 6 Tipos de controle encontrados nas pesquisas sobre prisão presentes no JABA

Como podemos observar nos dados esse gráfico, o maior número de pesquisas, disparado, tem como controle o reforçamento positivo (11), sendo seguido por ambos os controles (6) e por fim, punição negativa como forma de controle (1). As pesquisas que não estão aqui, logo, não totalizando 25 pesquisas, são por causa do método de pesquisa utilizado, em razão de serem documentais ou revisões, não utilizam diretamente as formas de controle citadas acima.

Foi possível obter dados quanto aos resultados das pesquisas feitas no JABA, que podem auxiliar próximas pesquisas. Esses dados podem ser observados na figura 7.

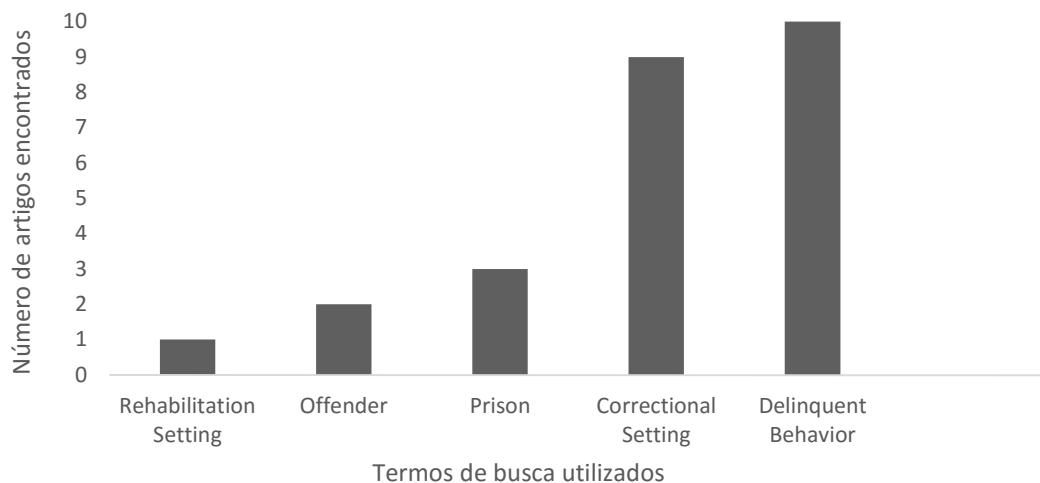


Figura 7 Termos de busca utilizados e quantidade de artigos encontrados a partir das palavras chaves no JABA

Os termos de busca presentes na tabela 7 foram utilizados pelo autor para se obter os resultados que foram analisados e categorizados. Outras palavras-chaves também foram utilizadas, porém, como não trouxeram novos resultados, foram escolhidas as que foram utilizadas anteriormente. Podemos notar que o termo que mais trouxe resultados foi *delinquent behavior* (10), seguido de *correctional setting* (9), *prison* (3), *offender* (2) e *rehabilitation setting* (1).

Curiosamente, quando se busca pesquisas aplicadas sobre prisão, o tema que mais traz resultados é o termo relacionando com delinquência juvenil, ou seja, é a população que o analista do comportamento esteve mais envolvido, apresentando diversas soluções e métodos de trabalho muito intrigantes e que trazem resultados que vão na linha da reintegração social e na mudança de comportamento, alterando variáveis naturais da vida do sujeito, tentando assumir o maior controle em suas intervenções. As pesquisas encontradas que se baseiam em *teaching family model* ou *achievement place* são todas intervenções muito boas, que apresentam resultados na mudança do comportamento e que merecem receber mais atenção nas pesquisas relacionadas com presidiários. Além disso, apesar de inicial, mostra-se o campo do controle de apetite sexual, ou sexualidade desviante (como pedofilia) que mostra resultados que merecem atenção e valem mais estudos na área.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos pontos levantados no presente trabalho, alcança-se algumas conclusões, as quais serão discorridas neste capítulo. No panorama estudado ao longo da pesquisa, a perspectiva do analista do comportamento frente ao sistema carcerário e os métodos punitivos utilizados nessa instituição social tem como objetivo a mudança de comportamento dos sujeitos que passam pelo encarceramento. Como foi visto anteriormente, o governo e a lei funcionam como agentes de controle do nosso comportamento e do de todas as culturas que tem algum tipo de governo envolvido. Skinner nos mostra que esse controle quase sempre é o poder de usar a coerção caso as pessoas não sigam determinadas regras. A forma de controle do governo é a ameaça da punição e a execução da punição, no caso, o encarceramento, em si. “Os sistemas legais e policias baseiam-se em punições como multas, açoitamento, encarceramento e trabalhos forçados” (SKINNER, B. F., 1953, p. 198)

Já sabemos que a punição não apresenta resultados interessantes para a não emissão de respostas e não há dados que provem realmente sua eficácia na mudança do comportamento.

A punição funciona? Este tipo de coerção elimina atividades indesejáveis? Neste primeiro experimento, os choques impediram o animal de pressionar a barra apenas temporariamente; eles não eliminaram o comportamento permanentemente. Se não tivéssemos continuado a observar o animal, entretanto, poderíamos ter concluído que a punição foi um completo sucesso. (SIDMAN, 1989, 85-86)

Sabe-se também que o uso de coerção para as pessoas cria inevitavelmente efeitos colaterais que são prejudiciais tanto para quem é punido, como para quem pune. Ou seja, mesmo que a utilização de punição reduza momentaneamente a emissão da resposta indesejada, ela volta a ser emitida algum tempo depois. Experimentos em laboratório com ratos mostram que, quando entra em privação, a probabilidade de o sujeito emitir a resposta de pressão a barra aumenta, mesmo com o histórico aversivo. Além disso, já foi provado que o uso de coerção para as pessoas cria inevitavelmente efeitos colaterais que são prejudiciais tanto para quem é punido, como para quem pune. Sobre isso Sidman comenta que:

Os dados de laboratório sustentam fortemente a posição de que punição, embora claramente efetiva no controle do comportamento, tem sérias desvantagens, e que nós precisamos desesperadamente de alternativas. (SIDMAN, Murray; 1983, p. 83)

Frente a esses dados, é inevitável começarmos a nos questionar porque essas técnicas continuam sendo utilizadas. É compreensível a existência da prisão, frente ao seu viés histórico, porém, como pode ser visto na história carcerária dos Estados Unidos, que foi levantada na introdução, vemos que a prisão nunca realmente chegou a cumprir o seu papel social, pois as taxas de reincidência sempre foram altíssimas, e o número de pessoas encarceradas nos Estados Unidos e em outros países do mundo, como o Brasil, vem aumentando drasticamente. Em adição, nos últimos anos, com as políticas internacionais de guerra às drogas, o encarceramento em massa se tornou o comum, fazendo com que um sistema falido sofresse ainda mais, recebendo mais gente do que suporta, estando, no final de 2014, com 1.508.600 presidiários em seus sistemas carcerários.

On December 31, 2014, state and federal correctional authorities held 1,508,600 individuals sentenced to more than 1 year in prison, 11,800 fewer inmates than at yearend 2013. ¹⁶(ESTADOS UNIDOS, U.S. department of justice, CARSON, 2015 p.1)

Os Estados Unidos são o país que mais apresentam presidiários em seus sistemas atualmente. Em 2014, pela primeira vez desde os anos 70, a taxa de presidiários caiu, exibindo algum tipo de avanço com essas pessoas, nos seus sistemas, ou ainda em suas leis, já que as forças que interferem no processo de encarceramento são diversas. *“At yearend 2014, the United States held an estimated 1,561,500 prisoners in state and federal correctional facilities, a decrease of approximately 15,400 prisoners (down 1%) from December 31, 2013”.* (ESTADOS UNIDOS, CARSON, 2015 p.1)

Mesmo diminuindo, os números absolutos de tal queda são irrisórios, de 15.400 prisioneiros em um sistema com mais de um milhão de pessoas encarceradas. Ou seja, a diminuição entre 2013 e 2014 foi de apenas 1%.

¹⁶ Em 31 de dezembro de 2014, as autoridades penitenciárias estaduais e federais contabilizaram 1,508,600 pessoas condenadas a mais de um ano na prisão, 11.800 detentos menos do que no final do ano de 2013.

De acordo com os dados levantado anteriormente, apesar de no último ano terem apresentado diminuição no número total de encarcerados, muitos dos problemas estruturais da prisão não são modificados, além de a redução ter sido muito baixa e uma exceção ao longo de muitos anos. Assim, começa a ficar cada vez mais claro que o sistema carcerário nos seus moldes atuais, que muito lembram os métodos utilizados no período escravocrata americano, em que os presídios eram divididos em cela solitária sem nenhuma forma de trabalho, ou cela individual que o sujeito poderia sair de dia para trabalhar, não é eficiente.

Ao longo dos anos, os modelos prisionais que mais fizeram “sucesso” nos Estados Unidos foram o de delinquentes juvenis, não tendo um nível tão alto de reincidência, muito provavelmente por tratar os detentos de forma diferente da que se tratam os adultos presidiários. Além disso, dessa população em específico, como pode ser visto em algumas pesquisas encontradas nessa revisão, o analista do comportamento, ao se inserir como agente de mudança de comportamento nessa população, mostra resultados extremamente positivos na mudança do comportamento delincente, já que são utilizadas outras formas de controle de variáveis do comportamento que pensam numa mudança da realidade do sujeito, fazendo adequações para esses reformatórios, tentando transformar o ambiente em uma comunidade, seja com a sua família, que também participa do processo de ressocialização, ou através de um viés educacional, que busca ensinar de comportamentos de habilidades sociais até matérias das escolas formais para os jovens. Também há uma preocupação em ensinar os pais a fim de que possam lidar melhor com a situação dos filhos.

Token reinforcement procedures were designed to modify the behavior of “pre-delinquent” boys residing in a community-based, home-style rehabilitation setting. Points (the tokens) were redeemable for various privileges such as visiting their families, watching TV, and riding bicycles. Points were given by the house-parents contingent upon specified appropriate behavior and taken away for specified inappropriate behavior. The frequencies of aggressive statements and poor grammar decreased while tidiness, punctuality, and amount of homework completed increased. It was concluded that a token reinforcement procedure, entirely dependent upon back-up reinforcers naturally available in a home-style treatment setting, could contribute to an effective and economical rehabilitation program for pre-delinquents. ¹⁷(PHILLIPS, Elery, 1968, p.213”)

¹⁷ Procedimentos de reforço de economia de fichas foram projetados para modificar o comportamento de meninos " pré- delinqüentes " que residem em um ambiente de reabilitação com estilo de vida em comunidade. Fichas (os tokens) foram trocados por vários privilégios , tais como visitar suas famílias , assistir TV, e andar de bicicleta. Pontos foram dadas pelas pessoas que compunham a

Na medida do possível, realiza-se o melhor trabalho de controle de variáveis, para que quando o sujeito saia dessa detenção ele tenha condições de se reinserir socialmente de verdade, esteja melhor preparado para lidar com situações de conflito em suas vidas, e, além disso, garantem um maior suporte e conhecimento sobre comportamento dos seus filhos para os pais, sendo estes, parte essencial do trabalho de ressocialização do jovem encarcerado.

Em outra pesquisa, pode se observar o analista do comportamento fazendo uma intervenção de forma que as decisões sobre os presidiários fossem tomadas por eles mesmos. Assim, eles criavam as suas leis em conjunto, faziam o julgamento das ações de seus companheiros e todas as consequências também eram criadas pelos adolescentes.

At Achievement Place, one aspect of the treatment program is a semi-self-government system whereby the seven pre-delinquent youths can democratically establish many of their own rules of behavior, monitor their peers' behavior to detect violations of their rules, and conduct a "trial" to determine a rule violator's guilt or innocence, and to determine the consequences for a youth who violates a rule. ¹⁸(FIXSEN; PHILIPPS; WOLF; 1973, p. 31)

Nesta mesma pesquisa, podemos encontrar uma parte posterior do experimento em que os jovens encarcerados tendem a se envolver mais pelas atividades a ter seu comportamento mais controlado se eles participaram de todos os processos de criação, incluindo os comportamentos definidos como adequados e inadequados. Quando a sugestão de comportamentos a serem seguidos são passadas de forma vertical, surge uma certa resistência do jovem, e ele fica menos controlado por aquelas regras do que quando estas são criadas em conjunto com os

contigência natural (casa-pais) sobre o comportamento adequado especificado e levado para o comportamento inadequado especificado. As frequências das declarações agressivas e gramática pobre diminuiu, enquanto asseio, pontualidade e quantidade de trabalhos de casa terminados aumentaram. Concluiu-se que um procedimento de reforçamento por fichas, totalmente depende de apoio reforçadores naturalmente disponíveis em um ambiente de tratamento de estilo caseiro, poderia contribuir para um programa de reabilitação eficaz e econômica para pré-delinquentes.

¹⁸ No modelo de ensino familiar, um aspecto do programa de tratamento é um sistema semi-auto-governo em que os sete jovens pré-delinquentes pode democraticamente estabelecer muitas de suas próprias regras de comportamento, monitorar o comportamento de seus pares para detectar violações das suas regras e conduta, conduzem um "julgamento" para determinar a culpa ou a inocência de um violador regra, e para determinar as consequências para um jovem que viola uma regra.

outros adolescentes de forma democrática, e as consequências para quebrar tais regras são definidas antes do julgamento junto com os seus pais-professores.

Experiment I showed that more boys participated in the discussion of consequences for a rule violation when they had complete responsibility for setting the consequence during the trials than when the teaching-parents set the consequence for each rule violation before the trial ¹⁹(FIXSEN; PHILIPPS; WOLF; 1973, p. 31)

Não faltam exemplos, tais quais os citados acima, que mostrem a eficácia da análise do comportamento na mudança do comportamento inadequado e delinvente, além de trabalhar seguindo um método que mexa o máximo possível no ambiente natural do sujeito encarcerado, de forma que essa intervenção possa ser generalizada ao ambiente natural dos participantes dessa intervenção, promovendo um maior controle da intervenção e garantia de que seus resultados se mantenham fora da prisão.

It was concluded that a token reinforcement procedure, entirely dependent upon back-up reinforcers naturally available in a home-style treatment setting, could contribute to an effective and economical rehabilitation program for pre-delinquents. (PHILLIPS, Elery, 1968, p.213”)

Outro ponto interessante de se observar é o de que as intervenções com economia de fichas mostram-se muito mais eficientes com a utilização de reforçadores naturais para o sujeito, e não só os reforçadores arbitrários na intervenção, além de fazer com que outras partes do ambiente natural também sejam aplicadas na intervenção, como os pais serem os professores e também aqueles que liberam o acesso ao reforçamento, o que se mostra muito forte nesse estilo familiar em comunidade de encarceramento.

Assim, não faltam exemplos de um trabalho totalmente ético e dedicado do analista do comportamento, fazendo intervenções com adolescentes de forma não coercitiva, já que esses sujeitos já estão passando por uma situação de extrema estimulação aversiva, mesmo que negativamente, devido à retirada de reforçadores do seu ambiente. Assim, o analista do comportamento nos mostra que a intervenção aplicada no ambiente carcerário é essencial e extremamente importante, já que

¹⁹ Experimento I mostrou que meninos participaram mais da discussão das consequências de uma violação da regra quando eles tinham a responsabilidade completa para definir o resultado durante os ensaios, junto com seus pais e educadores- definiam as consequências para cada violação da regra antes do julgamento

assegura uma mudança de comportamento nos sujeitos experimentais, e que essa mudança de comportamento provavelmente trará ao sujeito novos meios de agir no mundo, de forma que ele não precise emitir respostas que são consideradas criminosas. Assim, o analista do comportamento não espera que apenas o aprisionamento, o afastamento de reforçadores, e mais nada que seja feito com o sujeito tenha alguma consequência no comportar-se desse sujeito. A analista do comportamento identifica as variáveis que fazem esse comportamento aparecer ou não, de forma que ele possa ensinar métodos alternativos para o sujeito alcançar reforçadores que não seja de uma maneira ilegal. Assim, a intervenção do analista do comportamento no ambiente carcerário se trata de uma revolução no modo de olhar para essa população e na a forma de lidar com ela, usando prioritariamente reforçamento positivo no lugar de punição, e assume que esse sujeito tem sim possibilidades de mudanças comportamentais, como qualquer outro grupo existente na nossa sociedade.

Desta forma, como propunha Sidman, podemos fazer algo com os presidiários, que não seja a longa sequência de tragédias que ocorre nas prisões. O analista do comportamento sabe como intervir nessas situações, e precisa se debruçar mais sobre esse assunto. Precisam ser retomadas as pesquisas, pois foram alcançados resultados notáveis em datas como 1968 e 1971.

Atualmente, existem ainda mais recursos tecnológicos e avanços científicos para que se façam intervenções no ambiente carcerário, lugar de extremo esquecimento humano, para que as prisões como conhecemos se transformem em um lugar com possibilidades efetivas de mudança de comportamento. Estas mudanças podem se efetuar através de propostas educacionais, em que os sujeitos tenham oportunidades de acessar reforçadores, “contudo, não importa como alguém se sinta quando a desejabilidade do aprisionamento, seu fracasso em impedir a repetição do crime representa oportunidades perdidas ou até mesmo tragédias. ” (SIDMAN, 1989, p.263)

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. P. de (2014). *Relação entre teoria e prática no estudo da punição: revisão bibliográfica de pesquisas experimentais aplicadas publicadas no Journal of Applied Behavior Analysis de 1968 a 2013*. Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.

BRASIL. Ministério de Justiça. Departamento Penitenciária Nacional. Infopen Estatística. Disponível em: <www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>, 2014. Acesso em 10/11/2015.

CANADA, Internacional centre for Science in drug policy. Disponível em: <<http://www.countthecosts.org/sites/default/ICSDP-1%20-%20FINAL.pdf>> acesso em 12/11/2015

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, relatório da comissão, *guerra as drogas*. Disponível em: <http://www.globalcommissionondrugs.org/wpcontent/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf>, 2011. Acesso em 10/11/2015

CORTEZ, Mariéle de Cássia Diniz; REIS, Maria de Jesus Dutra dos. *Efeitos do controle por regras ou pelas contingências na sensibilidade comportamental*. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. v. X, n. 2, p. 143-155, 2008

DUARTE, G. A. (2014). *Caracterização das pesquisas sobre punição publicadas no Journal of the Experimental Analysis of behavior (JEAB)*. Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *XIII Emenda da constituição americana*, promulgada em 31 de janeiro de 1865, *que decreta a abolição da escravidão nos Estados Unidos*. At in. **AMERICAN CONSTITUTION**. Acessado via internet < <http://constitutionus.com/> > acessado em 15/11/2015

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição dos Estados Unidos. Emenda XIII (1865). Estabelece nos EUA a abolição da escravidão. Disponível em <[http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amdt_13_\(1865\)](http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amdt_13_(1865))>.

Acessado em 15/11/2015

FIXSEN Dean L, PHILIIPS Elery L, WOLF Montrose M. *Achievement Place: Experiments in self-government with pre-delinquents*. **Journal of Applied Behavior Analysis**. 1973; V.6; p. 31–47.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões*. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Thais Albernaz Machado do Carmo. *Análise de projetos para reintegração social de presidiários no Estado de São Paulo, com base em critérios extraídos de uma literatura analítico comportamental*. São Paulo, 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Programa de Análise do Comportamento – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008

HAYES S.C, JOHNSO V.S, CONE J.D. *The marked item technique: A practical procedure for litter control*. **Journal of Applied Behavior Analysis**. 1975; V.8, P. 381–386

MEDEIROS, R. C. (2014). *Caracterização das pesquisas sobre agressão publicadas no journal of the experimenal analysis of behavior de 1959 a 2013*. Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.

SIDMAN, Murray. A punição funciona, O que há nela para nós. In: SIDMAN, Murray. *Coerção e suas implicações*, Editora Livro pleno, 1989 (2009) p. 83

SIDMAN, Murray. Existe algum outro caminho. As prisões como ambiente de aprendizagem. In: SIDMAN, Murray. *Coerção e suas implicações*, Editora Livro pleno, 1989 (2009) p. 261-265

SKINNER, B. F. Agências controladoras; Governo e lei. In: SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento Humano* São Paulo: Martins Fontes, 1953 (2003). p. 363-369

SKINNER, B. F. As causas do comportamento. In: SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo* São Paulo: Editora Cultrix, 1974. p. 19-65

SKINNER, B. F. Porque os organismos se comportam; as variáveis de qual o comportamento é função. In: SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento Humano* São Paulo: Martins Fontes, 1953 (2003). p. 33-38

SKINNER, B. F. Privação e saciação. In: SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento Humano* São Paulo: Martins Fontes, 1953 (2003). p. 155

SKINNER, B. F. Punição. In: SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1953 (2003). p. 198-201

SKINNER, B. (1974).O Behaviorismo radical. In: Skinner, B. F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974 (2012). p.19

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa. Revista Estudos Históricos*, V.12, n.22, p. 265-293, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. e BEAUMONT, Gustave de. *Sobre o Sistema Penitenciário dos Estados Unidos e sua Aplicação na França*. (Serie Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP). São Paulo: FSJ, 2010

WOLF MM, BRAUKMANN CJ, RAMP KA. *Serious delinquent behavior as part of a significantly handicapping condition: cures and supportive environments*. Journal of Applied Behavior Analysis. 1987, P. 347-359

FIXSEN, Dean L.; PHILLIPS Elery L.; WOLF E Montrose M. *Achievement Place: experiments in self-government with pre-delinquents*. **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS**. v. 6, n.1; p. 31-47, .1973

PHILLIPS, Elery L. *Achievement Place: token reinforcement procedures in a home-style rehabilitation setting for "pre-delinquent" boys*. **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS**. v. 1, n. 3, p. 213-223, .1968

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAER, Donald M.; WOLF, M. Monstrose; RISLEY, Todd R. Some current dimensions of applied behavior analysis. **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS** 1968, v.1, n. 1; p. 91-97

BRASIL. CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DA PENA**, de 7 de dezembro de 1940. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DA PENA, BRASÍLIA, n. 2848, p. 50, dezembro de 1940.

BRASIL. CASA CIVIL. **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**, de 11 de julho de 1984. Do objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Título 1, Brasília, n. 7210, p. 1, julho de 1984.

SAMPAIO, A. A. S. (2008) *A quase-experimentação no estudo da cultura: Análise da obra COLAPSO de Jared Diamon*. 102p. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento). PUC-SP, São Paulo, 2008.

SKINNER, Burrhus Frederic. (1987). *A evolução do comportamento*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Cap. 5.

ZORTEA, T. C. (2013). *Notas sobre repertório comportamental*. Oxford, 2013. 3p. Disponível em: <<http://comportamentoesociedade.com/2013/08/05/notas-sobre-repertorio-comportamental/>>

APÊNDICES

APÊNDICE A: lista com as referências relativas aos artigos selecionados no JABA sobre a atuação do analista do comportamento no ambiente carcerário, de 1968 a 2011

ALEXANDER, Ronnie N.; CORBETT, Thomas F.; SMIGEL, Judy. *The effects of individual and group consequences on school attendance and curfew violations with pre-delinquent adolescents.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 9, n. 2, p. 221-226, .1976

BAILEY, Jon S. Et al. *Modification of articulation errors of pre-delinquents by their peers.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 4, n. 4, p. 265-281, .1971

BAILEY, Jon S; WOLF E. Montrose M., SCHENELLE, John F. *Home-based reinforcement and the modification of pre-delinquents' classroom behavior.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 3, n. 3, p. 223-233, .1970

BASSET, J. E; BLANCHARD, E. B. *The effect of the absence of close supervision on the use of response cost in a prison token economy.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 10, n. 3, p. 375-379, .1977

deviant sexual arousal. **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 12, n. 3, p. 377-389, .1979

FIXSEN, Dean L.; PHILLIPS Elery L.; WOLF E Montrose M. *Achievement Place: experiments in self-government with pre-delinquents.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 6, n.1; p. 31-47, .1973

HORTON, Lois E. *Generalization of aggressive behavior in adolescent delinquent boys.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 3, n. 3, p. 205-211, .1970

KAZDIN, A. E. *The Token economy a decade later.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v.15, n. 3; p. 431-445, .1982

KAZDIN, A. E.; BOOTZIN, Richard. *The token economy: an evaluative review.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 5, n. 3; p. 343-372, .1972

KIFER, Robert E. Et al. *Training predelinquent youths and their parents to negotiate conflict situations.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 7, n. 3, p. 357-364, .1974

KIRIGIN, K. A. Et al. *An evaluation of Teaching-Family (Achievement Place) group homes for juvenile offenders.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 15, n. 1, p. 1-16, .1982

MARSHALL, W. L. *Satiation therapy. A procedure for reducing*

MAYER, G. Roy. *Preventing antisocial behavior in the schools.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 28, n. 4, p. 467-478, .1995

MILAN, M. A; MCKEE, J. M. *The cellblock token economy: token reinforcement procedures in a maximum security correctional institution for adult male felons.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 9, n. 3, p. 253-275, .1976

MORLOEW, Douglas B. Et al. *An Effectiveness Trial of Contingency Management in a Felony Preadjudication Drug Court.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR.** v. 48, n. 4, p. 565-577, .2008

MYERS, David, L. *Eliminating the battering of women by men: Some considerations for behavior analysis.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 28, n. 4; p.493-507, .1995

PHILLIPS, Elery L. *Achievement Place: token reinforcement procedures in a home-style rehabilitation setting for "pre-delinquent" boys.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 1, n. 3, p. 213-223, .1968

PHILLIPS, Elery L. Et al. *Achievement Place: modification of the behaviors of pre-delinquent boys within a token economy.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 4, n. 1, p. 45-59, .1971

REYES, Jorge R.; VOLLMER, Timothy R; HALL, Astrid. *The influence of pressession factors in the assesment of deviant arousal.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 44, n. 4, p. 707-717, .2011

REYES, Jorge R.; VOLLMER, Timothy R; SLOMAN, Kimberly N. *Assessment of Deviant Arousal in Adult Male Sex Offenders with Developmental Disabilities.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 39, n. 2, p. 173-188, .2006

SCHENELLE, John F.; LEE, J. Frank. *A quasi-experimental retrospective evaluation of a prison policy change.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 7, n.3, p. 483-494, .1974

SCHENELLE, John F.; LEE, J. Frank. *The effects of token reinforcement on the behavior of delinquents in cottage settings.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 9, n. 2, p. 189-198, .1976

WOLF E. Montrose M.; BRAUKMANN, C. J.; RAMP, K. A. *Cohen and Filipczak's A New Learning Environment: What's new and what's not.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 25, n. 4, p. 917-918, .1992

WOOD, R.; FLYNN, J. M. *A self-evaluation token system versus an external evaluation token system alone in a residential setting with predelinquent youth.* **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS.** v. 11, n. 4, p. 503-512, .1978

APÊNDICE B: Lista de autores que publicaram artigos no JABA sobre a atuação do analista do comportamento no ambiente carcerário, de 1968 a 2011

ALEXANDER, RONNIE N.
ARABIA, PATRICIA L.
ATWATER, J D
BAILEY, JON S.
BASSET, J E
BLANCHARD, E B
BOOTZIN, RICHARD R.
BRAUKMANN, C J
CONE, JOHN D.
CORBETT, THOMAS F.
DUGOS, KAREN L
ELLIS, JANET
FESTINGE, DAVID S
FIXSEN, DEAN L.
FLYNN, J M
GREEN, DONALD R.
HALL, ASTRID
HAYES, STEVEN C.
HOBBS, T R
HOLT, M
HORTON, LOIS E.
JOHNSON, V. SCOTT
KAZDIN, A E
KIFER, ROBERT E.
KIRBY, KIMBERLY C
KIRIGIN, K A
LEE, J. FRANK
LEWIS, MARTHA A.
MARLOWE, DOUGLAS B
MARSHALL, W. L.
MAYER, G. Roy
MCKEE, J M
MILAN, M A
MYERS, DAVID L.
PHILLIPS, ELAINE A.
PHILLIPS, ELERY L.
RAMP, K A
REYES, JORGE R
SCHNELLE, JOHN F.
SLOMAN, KIMBERLY N
SMIGEL, JUDY

TIMBERS, GARY D.
VOLLMER, TIMOTHY R
WOLF, M. M.
WOOD, R

APÊNDICE C: Lista de palavras-chaves encontradas nos artigos disponíveis no JABA sobre a atuação do analista do comportamento no ambiente carcerário, de 1968 a 2011

Absence
Achievement Place
Adolescents
Adult inmates
Adults
Aggressive behavior
Anti-litter behavior
Antisocial behavior
Arousal assessment
Contingencies
Contingency management
Contingent versus noncontingent
Control of litter
Correctional institution
Criminal justice
Daily activities
Delinquent behavior
Delinquents
Deviant sexuality
Dissemination
Domestic violence
Drug abuse
Drug court
Fetish
Group homes
Interventions
Long-term supportive family treatment
Marked item technique
Masturbation
Multiple baseline
Operant conditioning
Paraprofessionals
Pedophilia
Penile plethysmograph
Penile responses
Prison
Prison inmates
Prison setting
Program evaluation
Reinforcement
Reinforcement programs

Repeated measurement
Response cost
Satiation
School dropout prevention
School environment
Setting events
Sex offenders with developmental disabilities
Social behavior
Social disability
Supervision
Supportive environments
Suppression
Teaching-Family model
Token economy
Token reinforcement
Violence prevention

APÊNDICE D: Modelo de tabela EXCEL 2016 utilizado para a organização de um banco de dados, possibilitando assim a categorização. (Até a categoria ano)

Link	AUTOR	TITULO	ANO
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1308287/	A E Kazdin	The Token economy a decade later.	1982
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1310772/	Alan E. Kazdin e Richard R. Bootzin	The token economy: an evaluative review	1972
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1279855/	David L. Myers	Eliminating the battering of women by men: Some considerations for behavior analysis	1995
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1310804/	Dean L. Fixsen, Elery L. Phillips, E Montrose M. Wolf	Achievement Place: experiments in self-government with pre-delinquents	1973
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2606594/	Douglas B Marlowe, David S Festinger, Karen L Dugosh, Patricia L Arabia, e Kimberly C Kirby	An Effectiveness Trial of Contingency Management in a Felony Preadjudication Drug Court	2008
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311003/	Elery L. Phillips	Achievement Place: token reinforcement procedures in a home-style rehabilitation setting for "pre-delinquent" boys	1968
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1310667/	Elery L. Phillips, Elaine A. Phillips, Dean L. Fixsen, and Montrose M. Wolf	Achievement Place: modification of the behaviors of pre-delinquent boys within a token economy	1971
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1279853/	G. Roy Mayer	Preventing antisocial behavior in the schools	1995

http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311200/	J E Bassett and E B Blanchard	The effect of the absence of close supervision on the use of response cost in a prison token economy.	1977
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311995/	John F. Schnelle e J. Frank Lee	A quasi-experimental retrospective evaluation of a prison policy change	1974
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311871/	John F. Schnelle e J. Frank Lee	The marked item technique: a practical procedure for litter control	1975
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311924/	John F. Schnelle e J. Frank Leet	The effects of token reinforcement on the behavior of delinquents in cottage settings.	1976
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1310704/	Jon S. Bailey, Gary D. Timbers, Elery L. Phillips, and Montrose M. Wolf	Modification of articulation errors of pre-delinquents by their peers	1971
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311121/	Jon S. Bailey, Montrose M. Wolf, and Elery L. Phillips	Home-based reinforcement and the modification of pre-delinquents' classroom behavior	1970
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1479780/	Jorge R Reyes, Timothy R VollmeR, and Kimberly N Sloman	Assessment of Deviant Arousal in Adult Male Sex Offenders with Developmental Disabilities	2006

http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3251276/	Jorge R Reyes; Timothy R Vollmer; Astrid Hall	The influence of pressession factors in the assesment of deviant arousal	2011
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1308244/	K A Kirigin, C J Braukmann, J D Atwater, e M M Wolf	An evaluation of Teaching-Family (Achievement Place) group homes for juvenile offenders.	1982
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311118/	Lois E. Horton	Generalization of aggressive behavior in adolescent delinquent boys	1970
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311940/	M A Milan e J M McKee	The cellblock token economy: token reinforcement procedures in a maximum security correctional institution for adult male felons.	1976
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1286075/	M M Wolf, C J Braukmann, e K A Ramp	Serious delinquent behavior as part of a significantly handicapping condition: cures and supportive environments.	1987
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1279776/	M M Wolf, C J Braukmann, e K A Ramp	Cohen and Filipczak's A New Learning Environment: What's new and what's not	1992
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311333/	R Wood and J M Flynn	A self-evaluation token system versus an external evaluation token system alone in a residential setting with predelinquent youth.	1978

http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311981/?page=1#fn1	Robert E. Kifer, Martha A. Lewis, Donald R. Green, and Elery L. Phillips	Training predelinquent youths and their parents to negotiate conflict situations	1974
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311931/	Ronnie N. Alexander, Thomas F. Corbett, e Judy Smigel	The effects of individual and group consequences on school attendance and curfew violations with predelinquent adolescents	1976
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1311423/pdf/jaba00106-0067.pdf	W. L. MARSHALL	Satiation therapy. A procedure for reducing deviant sexual arousal	1979

APÊNDICE E: Modelo de tabela EXCEL 2016 utilizado para a organização de um banco de dados, possibilitando assim a categorização. (Todas as categorias que faltam)

Palavras-Chaves	Termo de busca	Tipo	Método/Procedimento	Participantes	Controle Utilizado
token economies, reinforcement programs, dissemination	Delinquent Behavior	Revisão	Revisão/Economia de fichas	Adultos	_____
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Revisão	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	_____
adults, aggressive behavior, domestic violence, contingencies, interventions	Correctional Setting	Revisão	Revisão	Violência Doméstica	_____
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Achievement-Place	Delinquente Juvenil	Ambos
drug abuse, drug court, contingency management, criminal justice, operant conditioning	Correctional Setting	Quase experimental	Programa de manejo de contingências	Crimes Relacionados com Drogas	Reforçamento Positivo
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	Ambos
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Achievement-Place	Delinquente Juvenil	Ambos
school environment, violence prevention, setting events, antisocial behavior, school dropout prevention	Prison	Quase experimental	Revisão	Adolescentes	_____
token economy, response cost, prison, supervision, absence, paraprofessionals, adult inmates	Prison	Quase experimental	Economia de fichas	Adultos	Reforçamento Positivo

NÃO APRESENTA	Correctional Setting	Quase experimental	Análise de dados	Adultos	Punição Negativa
anti-litter behavior, instructions, marked item technique, multiple baseline, prison setting, reinforcement, control of litter	Correctional Setting	Quase experimental	Técnica "Item Marcado"	Adultos	Reforçamento Positivo
token economy, correctional institution, social behavior, token reinforcement, delinquents	Correctional Setting	Quase experimental	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Achievement-Place	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Achievement-Place	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
penile plethysmograph, arousal assessment, repeated measurement, sex offenders with developmental disabilities	Offender	Quase experimental	Avaliação de excitação	Agressores Sexuais	Ambos
sex offenders with developmental disabilities, penile plethysmograph, arousal assessment, masturbation, suppression	Offender	Quase experimental	Avaliação de excitação	Agressores Sexuais	Ambos

program evaluation, group homes, adolescents, delinquents, Achievement Place, Teaching-Family model	Correctional Setting	Documental	Achievement-Place	Delinquente Juvenil	_____
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
token economy, contingent versus noncontingent, daily activities, prison inmates, adults	Correctional Setting	Quase experimental	Economia de fichas	Segurança Máxima	Reforçamento Positivo
delinquent behavior, long-term supportive family treatment, Teaching-Family model, social disability, supportive environments	Correctional Setting	Revisão	Teaching family model	Delinquente Juvenil	_____
NÃO APRESENTA	Correctional Setting	Revisão	Revisão	Delinquente Juvenil	_____
NÃO APRESENTA	Rehabilitation Setting	Quase experimental	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Teaching family model	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo
NÃO APRESENTA	Delinquent Behavior	Quase experimental	Economia de fichas	Delinquente Juvenil	Reforçamento Positivo

satiation, deviant sexuality, pedophilia, fetish, penile responses, adult males	Prison	Quase experimental	Avaliação de excitação	Agressores Sexuais	Ambos
---	--------	--------------------	------------------------	--------------------	-------

APÊNDICE F: Tabela de todos os abstracts encontrados e colocados no bando de dados

TITULO	ANO	Abstract
The Token economy a decade later.	1982	In the last decade, the token economy has been extended widely across populations and behaviors in treatment, rehabilitation, educational, and community settings. Outcome research has expanded as well to include large-scale program evaluations and comparative

		<p>and combined treatment studies of the token economy. In a previous review (Kazdin & Bootzin, 1972), several obstacles were identified for the effective application of the token economy. These included identifying procedures to enhance program efficacy, to train staff, to overcome client resistance, and to promote long-term maintenance and transfer of training. The present paper discusses recent advances in research and reviews progress on the major issues identified previously. New issues have become salient in the last decade that pertain to the extension of the token economy to institutional settings. The demands for maintaining the integrity of treatment, the ability to integrate token economies within existing institutional constraints, and the disseminability of the procedures on a large scale are major issues that may dictate the future of the token economy.</p>
The token economy: an evaluative review	1972	<p>Token economies have been applied in a wide range of settings. While there are several advantages to the use of this procedure, there are obstacles that may impede its implementation and therapeutic efficacy. These include: staff training, client resistance, circumvention of the contingencies, and non-responsiveness of subjects. Studies employing token programs with psychiatric patients, retardates, children in classroom settings, delinquents, and autistic children are reviewed. Although token economies are successful while in operation, the issue of generalization of behavior gains or resistance to extinction has not been given careful consideration. Inasmuch as generalization is perhaps the most crucial issue, several procedures are presented that are designed to facilitate maintenance of performance when reinforcement is withdrawn. Methodological suggestions for investigations on token reinforcement in applied settings are presented.</p>
Eliminating the battering of women by men: Some considerations for behavior analysis	1995	<p>Based on review of representative literature, history and current research indicate that battering by male partners is a major health problem for women. Use of physical aggression and verbal coercion can be described by three-term contingencies involving escape, avoidance, punishment, and positive reinforcement. These contingencies occur within societal practices, rules, and models that involve oppression of women and insubstantial consequences for men who batter. The difficulties in directly observing a couple's interactions and their aggression have been a methodological barrier to the involvement of behavior analysts in treatment of and research on domestic violence. Recommendations are made for behavior analysts to contribute to reducing battering through development and analysis of program</p>

		components and application of contingency management and behavioral training technology.
Achievement Place: experiments in self-government with pre-delinquents	1973	<p>One of the goals of many treatment programs for pre-delinquent youths is the development of the skills involved in the democratic decision-making process. At Achievement Place, one aspect of the treatment program is a semi-self-government system whereby the seven pre-delinquent youths can democratically establish many of their own rules of behavior, monitor their peers' behavior to detect violations of their rules, and conduct a "trial" to determine a rule violator's guilt or innocence, and to determine the consequences for a youth who violates a rule. Two experiments were carried out to determine the role of some of the procedures in the boys' participation in the self-government system. Experiment I showed that more boys participated in the discussion of consequences for a rule violation when they had complete responsibility for setting the consequence during the trials than when the teaching-parents set the consequence for each rule violation before the trial. An analysis of the rule violations in this experiment indicated that the boys in Achievement Place reported more of the rule violations that resulted in trials than reported by the teaching-parents or school personnel. The boys reported rule violations that occurred in the community and school as well as at Achievement Place, including most of the serious rule violations that came to the attention of the teaching-parents. In Experiment II, the results indicated that more trials were called when the teaching-parents were responsible for calling trials on rule violations reported by the peers than when the boys were responsible for calling trials. When the youths earned points for calling trials the average number of trials per day increased, but more trivial rule violations were reported. These results suggest that aspects of the democratic decision-making process in a small group of pre-delinquents can be studied and variables that affect participation can be identified and evaluated.</p>
An Effectiveness Trial of Contingency Management in a Felony Preadjudication Drug Court	2008	<p>This study evaluated a contingency management (CM) program in a drug court. Gift certificates for compliance were delivered at 4- to 6-week intervals (total value = \$390.00). Participants in one condition earned gift certificates that escalated by \$5.00 increments. Participants in a second condition began earning higher magnitude gift certificates, and the density of reinforcement was gradually decreased. No main effects of CM were detected, which appears to be attributable to a ceiling effect from the intensive contingencies already delivered in the drug court and the low density of reinforcement. Preplanned interaction analyses suggested that participants with more serious criminal backgrounds might have performed better in the CM conditions. This suggests that CM programs may be best suited for more incorrigible drug offenders.</p>

<p>Achievement Place: token reinforcement procedures in a home-style rehabilitation setting for "pre-delinquent" boys</p>	<p>1968</p>	<p>Token reinforcement procedures were designed to modify the behavior of "pre-delinquent" boys residing in a community-based, home-style rehabilitation setting. Points (the tokens) were redeemable for various privileges such as visiting their families, watching TV, and riding bicycles. Points were given by the house-parents contingent upon specified appropriate behavior and taken away for specified inappropriate behavior. The frequencies of aggressive statements and poor grammar decreased while tidiness, punctuality, and amount of homework completed increased. It was concluded that a token reinforcement procedure, entirely dependent upon back-up reinforcers naturally available in a home-style treatment setting, could contribute to an effective and economical rehabilitation program for pre-delinquents.</p>
<p>Achievement Place: modification of the behaviors of pre-delinquent boys within a token economy</p>	<p>1971</p>	<p>The "pre-delinquent" behaviors of six boys at Achievement Place, a community based family style behavior modification center for delinquents, were modified using token (points) reinforcement procedures. In Exp. I, point losses contingent on each minute late were effective in producing promptness at the evening meal. During the reversal phase, threats (which were not backed up with point losses) to reinstate the point consequences initially improved promptness but the last two of five threats were ineffective. In Exp. II, point consequences effectively maintained the boys' room-cleaning behavior and, during a fading condition where the percentage of days when the contingency occurred was decreased, the point consequences remained effective for over six months, even when they were delivered on only 8% of the days. Experiment III showed that the boys saved considerable amounts of money when point consequences were available for deposits but saved little money when no points were available. Also, when points were given only for deposits that occurred on specific days the boys deposited their money almost exclusively on those days. In Exp. IV, point consequences contingent on the number of correct answers on a news quiz produced the greatest increase in the percentage of boys who watched the news and, to a lesser extent, increased the percentage of correct answers for the boys who watched the news. The results indicate that "pre-delinquent" behaviors are amenable to modification procedures and that a token reinforcement system provides a practical means of modifying these behaviors.</p>
<p>Preventing antisocial behavior in the schools</p>	<p>1995</p>	<p>Multiple correlates and determinants of antisocial behavior within the home, community, and school are reviewed. Due to the school's pivotal role in our society, an emphasis is placed on how our schools contribute to antisocial behavior, and what educators can do to prevent anti-social behavior and related attendance problems. A variety of contextual factors and setting events within our schools appear to be major contributors to antisocial behavior, and some of the same factors identified within the schools also have been identified within the home. These setting events, rather than quick restrictive fixes, must be given</p>

		more attention if we are to provide safe school environments—environments that durably prevent antisocial behavior and related attendance problems.
The effect of the absence of close supervision on the use of response cost in a prison token economy.	1977	A naturally occurring experiment, in which direct supervision of a token economy in a penal system was removed and re-instated, is reported. A retrospective analysis revealed that in the absence of close supervision the use of response cost rose dramatically, both in terms of categories of behaviors for which response costs were levied and in the frequency of their use. The return of direct supervision led to a decreased use and an end to the growth of categories of behaviors punished.
A quasi-experimental retrospective evaluation of a prison policy change	1974	Interrupted time-series design and quasi-experimental logic were employed to assess the behavioral effects of a prison disciplinary intervention on a population of approximately 2000 adult male inmates. The uncontrolled nature of the prison environment prevented experimental analysis of intervention effects. The quasi-experimental methodology applied in this study exemplifies how data, otherwise lost, can be retrieved. In addition, the process by which qualified conclusions can be drawn from the retrieved data is demonstrated.
The marked item technique: a practical procedure for litter control	1975	Unobtrusively marked items of litter were placed among existing trash on the grounds of a federal youth correctional facility. Inmates voluntarily collected trash and deposited it at a central location, where they were given money or special privileges for each piece of marked litter found. A multiple-baseline design with litter counts in three areas revealed successive reductions of 55%, 88%, and 71% after 17, 22, and 36 days of baseline, respectively. A fourth area served as a baseline-only control, and revealed no systematic changes. Advantages of the procedure over previously devised techniques were discussed and applications in other areas of pollution control suggested.

<p>The effects of token reinforcement on the behavior of delinquents in cottage settings.</p>	<p>1976</p>	<p>A token economy designed to modify the behavior of 125 adolescent males committed to a state correctional institution was implemented in the boys' cottages, focusing on social behavior (peer interaction), rule following, and task completion. The program was sequentially introduced in a multiple-baseline design in three independent cottages; a fourth group served as a comparison cottage. Appropriate behavior increased when the token program was introduced in each cottage. Data were collected for 14 months. Thus, the long-term effects of initial behavior change were assessed.</p>
<p>Modification of articulation errors of pre-delinquents by their peers</p>	<p>1971</p>	<p>Pre-delinquent peers in Achievement Place (a community based family style rehabilitation program based on a token economy) were given points (token reinforcement) to modify the articulation errors of two boys. In Experiment I, using a multiple baseline experimental design, error words involving the /l/, /r/, /th/, and /ting/ sounds were successfully treated by both a group of peers and by individual peers. Also, generalization occurred to words that were not trained. The speech correction procedure used by the peers involved a number of variables including modelling, peer approval, contingent points, and feedback. The individual role of each of these variables was not experimentally analyzed, but it was demonstrated that peers could function as speech therapists without instructions, feedback, or the presence of an adult. It was also found that payment of points to peers for detecting correct articulations produced closer agreement with the experimenter than when they were paid points for finding incorrect articulations. The results were replicated in a second experiment with another subject who had similar articulation errors. In addition, the second experiment showed that peer speech correction procedures resulted in some generalization to the correct use of target words in sentences and significant improvements on standard tests of articulation.</p>
<p>Home-based reinforcement and the modification of pre-delinquents' classroom behavior</p>	<p>1970</p>	<p>In Exp. I, five pre-delinquents from Achievement Place attended a special summer school math class where study behavior and rule violations were measured daily for each boy. The boys were required to take a "report card" for the teacher to mark. The teacher simply marked yes or no whether a boy had "studied the whole period" and "obeyed the class rules." All yeses earned privileges in the home that day but a no lost all the privileges. Using a reversal design, it was shown that privileges dispensed remotely could significantly improve classroom performance. In Exp. II and III, home-based reinforcement was also shown to be effective in improving the study behavior of two youths in public school classrooms. In addition, data from Exp. III suggest that the daily feedback and reinforcement may be faded without much loss in study behavior. Home-based reinforcement was demonstrated to be a very effective and practical classroom behavior modification technique.</p>

<p>Assessment of Deviant Arousal in Adult Male Sex Offenders with Developmental Disabilities</p>	<p>2006</p>	<p>Ten individuals, residing in a treatment facility specializing in the rehabilitation of sex offenders with developmental disabilities, participated in an arousal assessment involving the use of the penile plethysmograph. The arousal assessments involved measuring change in penile circumference to various categories of stimuli both appropriate (adult men and women) and inappropriate (e.g., 8- to 9-year-old boys and girls). This approach extends the existing assessment literature by the use of repeated measurement and single-subject experimental design. Data from these assessments were analyzed to determine if clear and informative outcomes were obtained. Overall, three general patterns of results emerged. Some participants showed differentiated deviant arousal or higher levels of arousal to specific inappropriate stimuli (deviant is a term used in the existing sex-offender literature to describe this type of arousal). Other participants showed undifferentiated deviant arousal, in which case they showed nonspecific arousal to inappropriate stimuli. The remaining participants showed no arousal to inappropriate stimuli but did show arousal to appropriate stimuli. Implications for assessment, treatment, and future directions are discussed.</p>
<p>The influence of pre-session factors in the assessment of deviant arousal</p>	<p>2011</p>	<p>Three adult male sex offenders with developmental disabilities participated in an evaluation of pre-session factors that may influence levels of sexual arousal measured with a penile plethysmograph. We evaluated the effects of pre-session masturbation (1 participant) and arousal-suppression strategies (2 participants). Results showed that pre-session masturbation lowered arousal levels and both participants suppressed arousal to varying degrees. These outcomes suggest the potential for consideration and manipulation of pre-session factors as treatment components for sex offenders with developmental disabilities.</p>
<p>An evaluation of Teaching-Family (Achievement Place) group homes for juvenile offenders.</p>	<p>1982</p>	<p>Juvenile crime is a serious problem for which treatment approach has been found to be reliably effective. This outcome evaluation assessed during and posttreatment effectiveness of Teaching-Family group home treatment programs for juvenile offenders. The evaluation included the original Achievement Place program, which was the prototype for the development of the Teaching-Family treatment approach, 12 replications of Achievement Place, and 9 comparison group home programs. Primary dependent measures were retrieved from court and police files and included number of alleged offenses, percentage of youths involved in those alleged offenses, and percentage of youths institutionalized. Other dependent measures were subjective ratings of effectiveness obtained from the program consumers, including the group home residents. The results showed difference during treatment favoring the</p>

		Teaching-Family programs on rate of alleged criminal offenses, percentage of youths involved in those offenses, and consumer ratings of the programs. The consumer ratings provided by the youths and their school teachers were found to be inversely and significantly correlated with the reduction of criminal offenses during treatment. There were no significant differences during treatment on measures of noncriminal offenses (e.g., truancy, runaway, and curfew violations). In the posttreatment year, none of the differences between the groups was significant on any of the outcome measures. The results are discussed in terms of measurement and design issues in the evaluation of delinquency treatment programs and in relation to the evaluation; of Teaching-Family group homes by Richard Jones and his colleagues.
Generalization of aggressive behavior in adolescent delinquent boys	1970	The generalization of conditioned aggressive and nonaggressive responses in a group of six adolescent delinquent boys was investigated. Responses were reinforced in card games where a token reinforcement system with money as a back-up reinforcer was used. Conditioning of responses was rapid. Generalization, measured in terms of frequency of physical contact, was tested in a group game for which no reinforcement was given. Generalization occurred during aggressive contingencies. During nonaggressive contingencies, responses did not return completely to the baseline level.
The cellblock token economy: token reinforcement procedures in a maximum security correctional institution for adult male felons.	1976	Two experiments were conducted (1) to explore the application of token reinforcement procedures in a maximum security correctional institution for adult male felons and (2) to determine to what extent the reinforcement procedures disrupted the day-to-day lives of inmate participants. In Experiment 1, an expanded reversal design revealed that the combination of praise and token reinforcement was more effective than the combinations of praise and noncontingent token award or direct commands on four common institutional activities. The latter two combinations were not found to be any more effective than praise alone. Experiment 2, which also employed a reversal design, indicated that the high levels of performance observed during the token reinforcement phases of Experiment 1 could be attained without subjecting participants to undue hardship in the form of increased deprivation of either social intercourse or the opportunity to engage in recreational and entertainment activities. Client safeguards are discussed in detail.
Serious delinquent behavior as part of a significantly handicapping condition: cures and supportive environments.	1987	The past 20 years have been productive ones for the field of applied behavior analysis. A brief review of our own efforts during this period reveals that we have accomplished several but not all of our goals for the Teaching-Family approach. In this context, we note that the setting of realistic and appropriate goals is important for the field and for society. Moreover, we suggest that the realistic goal for some persons with serious delinquent behavior may be extended supportive and socializing treatment rather than permanent cure from conventional short-term treatment programs. We base this suggestion on the

		accumulating evidence that serious delinquent behavior may often be part of a significantly disabling and durable condition that consists of multiple antisocial and dysfunctional behaviors, often runs in families, and robustly eludes effective short-term treatment. Like other significant disabilities such as retardation, autism, and blindness, the effects of this condition may be a function of an interaction of environmental and constitutional variables. We argue that our field has the wherewithal to construct effective and humane long-term supportive environments for seriously delinquent youths. In this regard, we explore the dimensions, rationales, logistics, and beginnings of a new treatment direction that involves long-term supportive family treatment. We contend that such supportive families may be able to provide long, perhaps even lifetime, socializing influences through models, values, and contingencies that seem essential for developing and maintaining prosocial behavior in these high-risk youths.
Cohen and Filipczak's A New Learning Environment: What's new and what's not	1992	NÃO APRESENTA
A self-evaluation token system versus an external evaluation token system alone in a residential setting with predelinquent youth.	1978	This study compared the effects of self-evaluation and adult-dispensed tokens on room-cleaning behavior of six predelinquent youths in a residential token-economy setting. The self-evaluation token system proved to be as effective as the external adult-administered system in increasing room-cleaning behavior and was more effective in maintaining performance after contingencies were withdrawn. The self-evaluation token system increased resistance to extinction, compared to the external token system, and appeared to be a useful component for a traditional token-economy system.
Training predelinquent youths and their parents to negotiate conflict situations	1974	In response to parental requests for assistance in dealing with adolescent problem children, three parent-child pairs were taught negotiation responses to hypothetical conflict situations using behavior rehearsal and social reinforcement. The negotiation process was separated into component behaviors that were practised during simulations by each youth and his parent under the direction of trainers. Results indicated that (a) the procedures were successful in training youths and their parents in negotiation behaviors that produced agreements to conflict situations, and (b) these behaviors generalized to actual conflict situations in subjects' homes.

The effects of individual and group consequences on school attendance and curfew violations with predelinquent adolescents	1976	NÃO APRESENTA
Satiation therapy. A procedure for reducing deviant sexual arousal	1979	Two single-case experiments demonstrated the efficacy of satiation therapy with adult males who had long-standing deviant sexual interests. The procedure involves the pairing of prolonged masturbation (1 hour) with the verbalization by the patient of his deviant sexual fantasies and in both cases the designs permitted the attribution of control over aberrant responding to the satiation therapy. The results are discussed in terms of the possible active ingredients of the procedure.